

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

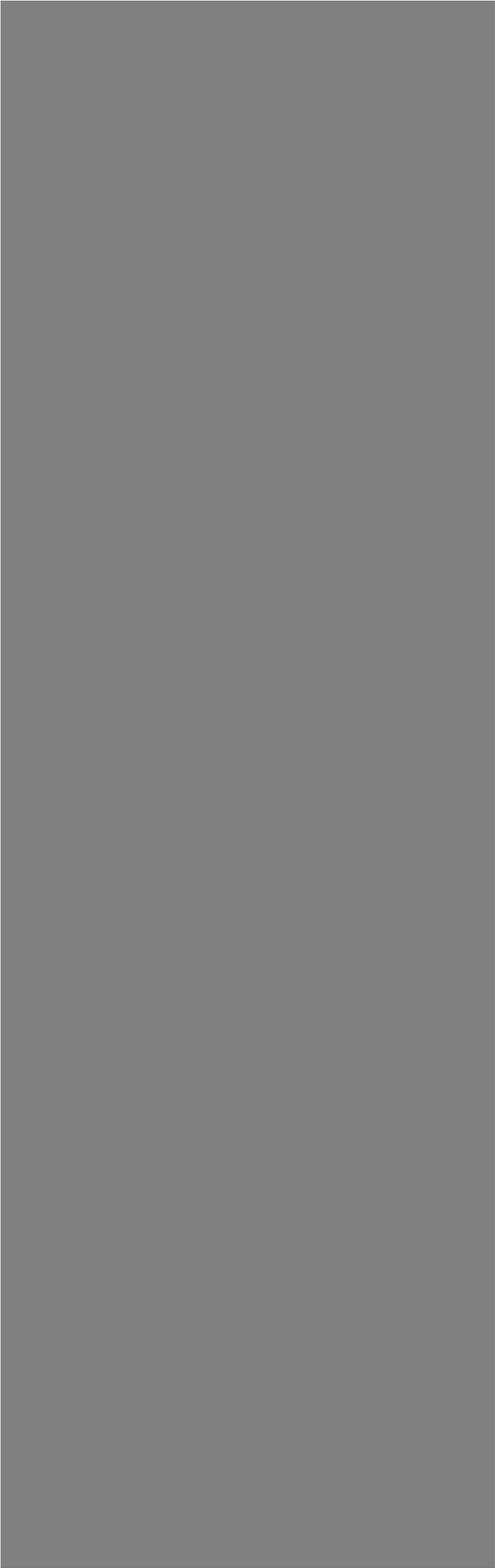
RELATÓRIO FINAL DO I ENCONTRO DO CONSELHO INTERLOCUTOR DO FBES

ELABORAÇÃO:

*SECRETARIA EXECUTIVA
PROVISÓRIA DO FBES*

*Bernardo Starling Loureiro
Márcio Fioravante Bortolozzo*

2003



ÍNDICE

ASSUNTO	PG.
Apresentação.....	4
Introdução.....	5
Trechos da palestra do Luiz Gushisken.....	5
Trechos da apresentação da SENAES.....	6
Sistematização da Interlocução entre a SENAES e o Conselho Interlocutor do FBES.....	6
Sistematização dos trabalhos do Conselho Interlocutor.....	8
• Contribuições do Subgrupo I.....	9
• Contribuições do Subgrupo II.....	11
• Contribuições do Subgrupo III.....	12
Consolidação dos Trabalhos dos Subgrupos.....	14
Atribuições da Secretaria Executiva do FBES.....	18
Proposta de Orçamento para a Secretaria Executiva do FBES.....	19
Consolidação dos Trabalhos do Conselho e SENAES do dia 13/12/03 – Agenda de Compromissos.....	21
Temas para a próxima reunião do Conselho Interlocutor.....	25
Informes.....	25
Anexo I: Resumo das Contribuições das reuniões da SENAES com os Estados (Apresentado pela SENAES).....	26
Anexo II: Segmentos, arranjos locais e cadeias produtivas da Economia Solidária existentes (e potenciais) nos Estados (Apresentado pela SENAES).....	30
Anexo III: Projeto Brasil Para Todos (Apresentado pela SENAES).....	38
Participantes.....	52
Agradecimentos.....	53

APRESENTAÇÃO

Eventos importantes que aconteceram em 2003 certamente o transformarão em um ano muito significativo para a Economia Solidária no Brasil.

Em janeiro foi criado, a partir do III Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o GT Brasileiro, entidade formada por organizações nacionais participantes do movimento de Economia Solidária com a finalidade de gestar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Em junho aconteceram dois eventos significativos: a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a III Plenária Nacional de Economia Solidária que culminou com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Em 5 e 6 de novembro, em Belo Horizonte, ocorreu o I Encontro da Coordenação Nacional, realizado com a finalidade de definir normas e prioridades para o funcionamento do FBES.

Finalmente, em 11 a 13 de dezembro aconteceu em Brasília o I Encontro do Conselho Interlocutor do FBES, que se reuniu para tomar decisões que não puderam ser tiradas na reunião da Coordenação Nacional e definir o plano de Ação do FBES para 2004.

O presente documento registra os significativos resultados dessa reunião do Conselho Interlocutor do FBES e o Plano de Ação do Fórum para 2004.

Bernardo Loureiro

Secretaria Executiva Provisória do FBES

INTRODUÇÃO

Como decidido na Reunião da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em Belo Horizonte - MG nos dias 05 e 06 de novembro de 2003, realizou-se nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2003, em Brasília – DF, a 1ª Reunião do Conselho Interlocutor do FBES. Nesses três dias intensos de trabalho, além da reunião do Conselho Interlocutor, houve a interlocução entre ele e a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Na abertura do evento, na manhã do dia 11, houve a participação do Secretário de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, Luiz Gushisken. Abaixo estão relatados alguns trechos dessa participação, a fim de proporcionar, não só aos que participaram dessa reunião, como também aos demais companheiros da Economia Solidária, uma idéia da importância para o movimento da Economia Solidária do diálogo criado entre a SENAES e outros órgãos do Governo Federal.

TRECHOS DA INTERVENÇÃO DE LUIZ GUSHISKEN:

Segundo o Secretário, a eleição de Lula trouxe muita esperança e expectativa para toda a sociedade. Essa esperança e expectativa são sentimentos altamente mobilizadores e podem tanto liberar energias criadoras quanto gerar frustrações se não trabalhadas adequadamente.

Para liberar energias criadoras há necessidade de se pensar um projeto de nação baseado numa visão de futuro atraente que seja capaz de impedir a frustração advinda da ausência de resultados no curto prazo.

Para o projeto de nação observa-se a influência de três fatores:

- Olhar através de uma perspectiva externa.
- Ocupação de mercado.
- Ocupação de mentes.

Esses elementos são comuns aos outros países. O que diferencia em relação ao Brasil é a extensão da área amazônica, a qual o mundo considera patrimônio mundial.

Muitos dos que discutem o projeto de nação partem de uma análise republicana, que diz respeito ao Estado, sociedade e indivíduo. O conceito de cidadania ao longo do tempo se incorpora aos ideais republicanos.

No PT, o projeto de nação está muito ligado às questões sociais, como o programa Fome Zero, Reforma Agrária etc.

Quando se discute questões sociais é preciso vincular o futuro. É preciso juntar futuro com o passado para solucionar problemas.

O sistema econômico é um discurso hegemônico para o desenvolvimento do país. Começa-se então a discutir outras formas de desenvolvimento.

Para isso o povo deve ser agente ativo, centro de todas as políticas. Através disso as pessoas se engajam num projeto de nação, pois elas são a riqueza da nação.

Gushisken cita a importância de um tripé estratégico:

- Justiça Social.
- Participação.
- Conhecimento. Será que o conhecimento é geral e coloca o povo como agente ativo? (Gushisken focaliza bem o terceiro ponto).

O conhecimento é universal, não antagonista, contemporâneo e futuro.

No Brasil a elite assume o processo de educação formal, ela começa a discutir ciência e tecnologia, reforma do ensino público e a planejar uma política industrial.

Torna-se importante para o país a mundialização das empresas brasileiras.

Além de citar a elite, Gushiken ressalta a existência de um povo intermediário e de um povo carente. Este último possui um conhecimento que, se unido ao especializado pode produzir conhecimento aplicado a ele próprio. Cita a importância das tecnologias sociais e dos centros de tecnologias sociais, como o da Fundação Banco do Brasil (citou como exemplo). Deve-se pensar na geração, aplicação e difusão do conhecimento.

Gushiken afirma que há uma grande estrutura dentro do governo, cerca de 400 mil pessoas que podem ser utilizadas para a percepção de potencialidades de geração de trabalho e renda nas suas regiões. Este contingente está disposto desta forma (números aproximados):

- 180.000 agentes de saúde.
- 90.000 agentes ambientais.
- 55.000 agentes jovens.
- 6.000 agentes de assistência social.

Há interesse para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária que o Ministério da Comunicação trabalhe nesta possibilidade?

TRECHOS DA INTERVENÇÃO DA SENAES:

A intervenção da SENAES abrangeu a interlocução que ela está realizando com outros Ministérios, com o FBES e também a importância de se pensar as normas, composição e funcionamento do Conselho Nacional da Economia Solidária, já que sua criação está prevista em lei que criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, em Junho de 2003. Durante a manhã do dia 11/12/03 houve também a intervenção do Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, de sua assessora Sônia Kruppa e de Valmor Shiochet. No período da tarde foram apresentados os resumos das contribuições das reuniões da Secretaria Nacional de Economia Solidária com os Fóruns Estaduais (ver páginas 29 a 34), as reflexões sobre os segmentos, arranjos locais e cadeias produtivas da Economia Solidária existentes (e potenciais) nos Estados (ver páginas 35 a 46) e a proposta de plano de ação para 2004 que está Projeto Brasil Para Todos (ver páginas 47 a 64).

O Relatório do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2004 da Secretaria Nacional também foi apresentado para os participantes da reunião. Ele não será reproduzido aqui porque o a dotação orçamentária que caberá a SENAES, até a data de finalização deste relatório, não havia sido confirmada.

Nesta primeira parte do evento os participantes puderam dialogar com os convidados, questionando-os ou sugerindo idéias para as discussões apresentadas. Todas as intervenções desse dia foram sistematizadas pela SENAES e reproduzidas abaixo na sua íntegra:

SISTEMATIZAÇÃO DA INTERLOCUÇÃO ENTRE SENAES E O CONSELHO DO FBES EM 11 DE DEZEMBRO DE 2003

I – Conselho Nacional de Economia Solidária:

- a) Questões levantadas para aprofundamento: natureza, composição, mandato, processo de institucionalização, funcionamento do conselho, relações entre o Conselho e o FBES.

- b) Encaminhamento: criar um GT para aprofundamento dessas questões e proposição da implementação do conselho. A comissão será composta por representantes da SENAES e do FBES, ouvindo pessoas especializadas e conhecendo outros processos similares no Governo Federal. A comissão deverá apresentar os resultados do trabalho com proposta de institucionalização até o final de fevereiro de 2004.

II – Sobre a definição de prioridades das ações da SENAES em 2004:

- a) A principal tarefa da SENAES é a articulação de políticas públicas para o fortalecimento da Economia Solidária. Para isso deverá fortalecer a interlocução com todos os setores do governo, participar diretamente das iniciativas governamentais em áreas e questões de interesse da Economia Solidária e buscar outras fontes de recursos para apoiar as ações previstas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.
- b) Premissas na discussão das prioridades:
- Não deverão ser apoiados empreendimentos isolados. O apoio deve ser às iniciativas articuladas entre empreendimentos. A SENAES e o FBES deverão se esforçar para conquistar e facilitar o acesso às linhas de créditos adequadas a programas de apoio comunitário e de infra-estrutura produtiva que fortaleçam os empreendimentos de Economia Solidária.
 - Apoiar prioritariamente, mas sem exclusividade, os projetos indicados pelo FBES e pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.
 - Deve-se partir da compreensão de que a discussão da política e dos critérios é mais importante que a discussão do orçamento. A construção de critérios é um elemento político da relação entre a SENAES e o FBES, mas a responsabilidade na aprovação e apoio a projetos é governamental.
 - A SENAES apresentou um conjunto de critérios gerais para orientar os projetos de fomento à Economia Solidária. O FBES indicou a necessidade de:
 - ✓ Elaboração de critérios específicos para seleção de projetos;
 - ✓ Elaboração de critérios para o apoio a projetos apresentados por governos municipais e estaduais que possuem ou estão constituindo órgãos e programas para a Economia Solidária;
 - ✓ Elaboração dos procedimentos e critérios de habilitação de entidades executoras de projetos apoiados pela SENAES.
- c) Procedimentos para identificação de prioridades estaduais e territoriais:
- Os Fóruns Estaduais deverão rever os relatórios estaduais identificando com maior consistência as prioridades estaduais, territoriais e indicando projetos estruturantes da Economia Solidária nesses espaços. A relação das prioridades deverá ser enviada pelos FEES até 10 de fevereiro de 2004;
 - Os projetos estruturantes apresentados a SENAES deverão considerar os critérios gerais apresentados pela Secretaria ao FBES em 11 de dezembro de 2003. Além disso, serão considerados os seguintes critérios que foram sugeridos pela SENAES:
 - ✓ Articulação com iniciativas de desenvolvimento local ou territorial;
 - ✓ Projetos que dialoguem com ações e processos que estão em andamento e que fortalecem a Economia Solidária.
 - Os projetos estruturantes nacionais, estaduais e territoriais apresentados a SENAES deverão constituir um “banco de projetos” para orientar a busca de recursos e apoio junto a órgãos governamentais e outras entidades.

d) Indicativos de prioridades nacionais para 2004 identificadas na reunião:

- Apoio na articulação e fortalecimento do FBES e dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária:
 - ✓ Continuidade das atividades da SENAES nos Estados (agenda a ser proposta até 16 de janeiro de 2004);
 - ✓ Reuniões da Coordenação e do Conselho do FBES;
 - ✓ GTs Conjuntos SENAES / FBES;
 - ✓ Feira Internacional URBIS – São Paulo;
 - ✓ Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária;
 - ✓ Encontro de clubes de troca e moeda social (22 e 23 de maio no Rio de Janeiro).
- Ações de formação e qualificação deverão ser realizadas com os recursos do PNQ - Plano Nacional de Qualificação, PLANTEQs - Projetos Especiais de Qualificação, PROESQs - Projetos Especiais de Qualificação e buscando parcerias com as universidades (ver cronograma PNQ);
- Mapeamento Nacional de Economia Solidária (conforme Termo de Referência e sugestões de indicadores pelo FBES);
- Apoio aos “espaços de referência de Economia Solidária” com multi-finalidades (indicar a SENAES até 10 de fevereiro de 2004);
- Apoio às feiras de Economia Solidária. Os FEES deverão encaminhar a SENAES a relação de feiras previstas (até 10 de fevereiro de 2004);
- Apoio às cadeias produtivas, redes e articulações de empreendimentos de Economia Solidária de abrangência regional, estadual e nacional (indicar a SENAES até 10 de fevereiro de 2004).

III – Agenda e Cronograma FBES / SENAES

Foram definidos na reunião do dia 13 de dezembro de 2003 e se encontra neste documento (ver páginas 23 a 27).

Sistematização dos Trabalhos do Conselho Interlocutor

A partir do segundo dia do evento, dia 12 de dezembro de 2003, foram realizados os trabalhos do Conselho Interlocutor do FBES. Foram apresentadas três tarefas para os três subgrupos formados entre os participantes do Conselho: a primeira tarefa foi à proposição de um plano de ação para o FBES a partir das prioridades definidas na reunião da Coordenação Nacional do FBES; a segunda foi a proposição de temas, normas e composição dos Grupos de Trabalho que serão organizados pelo FBES; e a terceira, analisar e emitir parecer sobre o projeto da Secretaria Executiva Definitiva do FBES, apresentado pela Secretaria Executiva Provisória.

A primeira tarefa consistia na análise de sete prioridades definidas pela Coordenação, mais uma elencada pela SENAES (esta prioridade é a de número oito). As prioridades estão enumeradas abaixo:

1. Realização de uma campanha nacional de mobilização em favor da difusão da Economia Solidária, em especial para o consumo cidadão, ético e solidário.

2. Organização do primeiro Encontro Brasileiro de Empreendimentos Populares e Autogestionários.
3. Promoção de feiras, festivais, troca solidária (com moeda social), com intercâmbio nacional e internacional.
4. Realização de um diagnóstico qualitativo e quantitativo da Economia Solidária no Brasil e um mapeamento nacional da diversidade da Economia Popular Solidária, compreendendo e empreendendo estudos de viabilidade socioeconômica das iniciativas.
5. Articulação com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) visando à realização de um censo produtivo, com dados econômicos e sociais sobre a Economia Solidária no Brasil, sendo definido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e orientado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.
6. Promoção de um debate nacional sobre a necessidade de se estabelecer um marco jurídico com princípios éticos e políticos adequados à Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio e construindo uma política de finanças solidárias.
7. Integrar as práticas de Economia Solidária às políticas e programas sociais existentes, tais como: Fome Zero, Primeiro Emprego, Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e outros, articulando com o poder público a criação de políticas que lidem com as questões de gênero e identificando e promovendo ações que possam garantir alianças com o movimento social.
8. Relação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária com o Fórum Social Mundial.

Para facilitar a compreensão dos leitores e construir um histórico dessa importante reunião, preferimos reproduzir cada uma das apresentações que foram feitas pelos subgrupos (todos os subgrupos discutiram os mesmos temas). O resultado de cada subgrupo nesta fase não é definitivo, pois ao final da apresentação de seus trabalhos houve uma plenária com todos os participantes para que fosse feita a consolidação dos resultados dos seus trabalhos. Essa consolidação expõe o que ficou consensuado entre os integrantes do Conselho Interlocutor, apesar de aparecer uma agenda com datas, locais, participantes e responsáveis, ela não é definitiva, pois a agenda definitiva saiu a partir da reunião realizada entre a SENAES e Conselho no dia 13 de dezembro, onde mudaram várias datas, locais, participantes e responsáveis pelos eventos. **Portanto, é importante considerar como resultado final as definições e agendas que constam da consolidação dos trabalhos entre a SENAES e Conselho no dia 13 de dezembro de 2003 (ver páginas 23 a 27).**

SUBGRUPO DE TRABALHO I

PRIORIDADE	COMO	QUANDO	QUEM
1	<p>Precedida pelo Mapeamento.</p> <p>Mote:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão Social. • Outra economia e trabalho digno. <p>Afirmativa de nossa identidade.</p> <p>Apontar para o futuro.</p> <p>Mobilizar e ampliar.</p> <p>Público: da Economia Solidária, serviços públicos, comunidade e usuários de serviços públicos.</p> <p>Instituição de um Prêmio de Economia Solidária.</p> <p>Meios: Grande mídia, cartaz, cartilhas, página na WEB.</p> <p>Unidades federativas e órgãos de governo.</p> <p>Eventos: audiências públicas, escolas, outros.</p> <p>Recursos: SENAES, parcerias nacionais e locais.</p>	Segundo semestre de 2004.	Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) e Fóruns Municipais de Economia Solidária (FMES), quem coordena puxa.

PRIORIDADE	COMO	QUANDO	QUEM
2	<p>Precedido de encontros estaduais.</p> <p>Afirmar e debater a pauta da Economia Popular Solidária (EPS), frente às políticas públicas.</p> <p>Direito ao Trabalho solidário.</p> <p>Fortalecer a organização coletiva dos empreendimentos.</p> <p>Afirmação política dos empreendimentos.</p> <p>Convocatória para o Encontro Nacional dos Empreendimentos Solidários já.</p> <p>Primeira reunião preparatória.</p>	<p>Data do Encontro Nacional dos Empreendimentos: Março de 2004. Local: Brasília.</p> <p>Primeira semana de Fevereiro</p>	<p>Comissão de articulação dos empreendedores – FBES – SENAES</p>
3	<p>Feira e evento internacional de Economia Solidária na URBIS/SP –</p> <p>FSM 2004 – Propor feiras internacionais.*</p> <p>FSM 2005 – Organizar eventos e feiras estaduais.</p> <p>Estimular os estados que não possui feiras ainda.</p> <p>Promover intercâmbio entre feiras estaduais.</p> <p>Recursos: SENAES, Prefeituras e demais órgãos públicos.</p> <p>Outros parceiros.</p>	<p>Junho 2004</p> <p>Agenda dos Estados</p> <p>FSM 2005</p>	<p>URBIS – Prefeitura Municipal de São Paulo, FBES, SENAES.</p> <p>Criar GT de feiras e eventos no FBES</p>
4 e 5	<p>Dar continuidade ao trabalho do GT. *</p>	<p>Junho 2004</p>	<p>GT/SENAES (4 E 5)</p> <p>FEES e FMES (4)</p>
6.	<p>Promover debate interno sobre os temas.</p> <p>Fomentar uma Rede Nacional de Advogados Populares da Economia Solidária.</p> <p>Realizar Audiências Públicas.</p> <p>Realizar debates com frentes parlamentares.</p> <p>Encontro da coordenação do FBES com especialistas para elaborar propostas.</p> <p>Articular com Mapeamento de Políticas Públicas identificando marcos jurídicos já criados em âmbito estadual e municipal.</p>	<p>Articular datas para aproximar encontros, em março na reunião ou abril. *</p>	<p>FBES, SENAES, Rede de Gestores.</p>
7	<p>SENAES desdobra estas atividades junto com a Rede de Gestores.</p> <p>FBES participa da articulação das bases, para pressionar municípios e estados a fazerem a integração.</p> <p>Articular para que os empreendimentos sejam estratégicos nos programas.</p>		<p>FBES, SENAES, Rede de Gestores.</p>
8	<p>Trazer para dentro do FBES a discussão e encaminhamentos a respeito do FSM e relação internacional.</p>	<p>FSM/2004 – Hoje</p> <p>Demais – Próxima reunião</p>	<p>Na delegação deve ter representação do FBES</p>

Proposta de pauta para a próxima reunião:

Qual a política de formação em Economia Solidária do FBES.

A segunda discussão feita pelo grupo foi quanto aos “Temas, Normas e Composição dos Grupos de Trabalho que serão organizados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária”:

Normas de Funcionamento dos GTs:

- O Grupos podem ser temáticos ou de trabalhos.
- Elaborar propostas para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- Todo Grupo de Trabalho deve ter um plano de ação aprovado pelo Conselho Interlocutor.
- Comprometimento dos participantes.
- Ter como estratégia a busca de fontes diversas de financiamento para todas as atividades.

Temas e Composição:

- Marco Jurídico.
- Mobilização de recursos.
- Feiras e eventos.
- Redes de produção, comercialização e consumo.
- Finanças solidárias
- A composição é aberta à participação de outros atores (mantendo um núcleo fixo com integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária).

SUBGRUPO DE TRABALHO II

PRIORIDADE	COMO	QUANDO	QUEM
1	Foco 1: Sociedade organizada, movimentos sociais, governos, partidos, ministério público. Foco 2: Toda a sociedade.	15 dias antes do Mapeamento	FEES, SENAES, dependendo do foco: Sistema S, universidades...
2	Pré-encontros de empreendedores municipais e estaduais que elegem delegados. Objetivo do encontro: fortalecer o movimento de empreendedores, espaço de articulação, discussão de agenda e planejamento. Amostra dos produtos, podendo ter troca.	Final de Abril	Comissão de empreendedores, apoio da SENAES e entidades de apoio. Brasília, Rio, São Paulo
3	Envolvimento dos empreendedores no planejamento, execução e organização da feira.		Fóruns estaduais participem na definição das 12 feiras apoiadas pela Senaes. Assessoria ajude na orientação da venda e comercialização solidária.
4 E 5	Conforme o texto do GT.	Rever o cronograma com prazo para os estados.	SENAES, FEES, Órgãos públicos e entidades, supervisão dos FEES e FBES

6	<p>Via o Grupo de Trabalho sobre Marco Jurídico e promover o debate nacional.</p> <p>Seminários:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sobre leis cooperativas. 2. Sobre marco legal e conceitual. 	<p>O 1º seminário em Março de 2004.</p> <p>O 2º em Outubro de 2004.</p>	<p>Leis cooperativas: Subcomissão da Câmara dos Deputados, Grupo de Trabalho Interministerial, FBES, FEES, SENAES,</p> <p>Marco legal e conceitual: FBES e SENAES</p>
7	<p>Participação nos conselhos de Segurança Alimentar, Assistência Social, Emprego, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.</p> <p>Interferir no Conselho/Comissão Fome Zero para que fortaleça empreendimentos da Economia Solidária.</p>		
8	<p>Disponibilizar recursos par levar ao Fórum Social Mundial 2004: vídeo sobre a III Plenária Nacional de Economia Solidária, representante de empreendimento e publicações.</p> <p>Participação do representante no seguinte tema: Práticas Inovadoras de Autogestão.</p>		

Este grupo não realizou as discussões sobre “Temas, Normas e Composição dos Grupos de Trabalho que serão organizados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

SUBGRUPO DE TRABALHO III

PRIORIDADE	COMO	QUANDO	QUEM
1	<p>Articular outros espaços de governo.</p> <p>Articular campanha nacional com as ações dos Estados.</p> <p>Campanha para dentro do movimento e para fora do movimento.</p> <p>Contratar assessoria especializada.</p> <p>Cartilha para formação.</p> <p>Campanhas Temáticas Paralelas.</p> <p>Cartilha para as Eleições 2004.</p>	<p>Deslanchar logo.</p> <p>Segundo semestre de 2004.</p>	<p>FBES, SENAES e parceiros.</p>
2	<p>Realizar uma feira nacional junto ao evento.</p>	<p>Maio 2004 em São Paulo</p>	<p>Criar uma comissão permanente</p>
3	<p>Fortalecer feiras estaduais.</p> <p>01 Intercâmbio de vivência Internacional.</p> <p>02 Intercâmbios nacionais.</p>	<p>2004 – Fechar calendário</p>	<p>FEES e FBES</p>
4	<p>Entidades do Fórum Brasileiro do local para o nacional.</p> <p>Observatórios de Políticas Públicas.</p> <p>Universidades.</p> <p>DIEESE.</p> <p>FACES.</p> <p>Buscar integrar outras iniciativas.</p>	<p>Em andamento 2004</p>	<p>FBES – SENAES</p>

PRIORIDADE	COMO	QUANDO	QUEM
5	IBGE.	Reunir com IBGE imediato. Realizar Censo após nosso diagnóstico.	FBES – SENAES – IBGE
6	Criar frentes parlamentares de Economia Solidária nos Estados e Municípios. Ampliar definição de cooperativas sociais. Empreendimentos nascentes, tratamento diferente. Organizar e socializar informações.	Imediato.	FBES – e suas Organizações nas articulações estaduais
7	Seminário Nacional de Integração das Políticas (Fome Zero, Primeiro Emprego, PNQ...)	Março 2004	FBES na preparação da SENAES, MESA, MDA,
8	Representação do FBES na Índia – 02 trabalhadores/as. Representação do FBES na lista de discussão das redes internacionais.		FBES – SENAES

Para a discussão de prioridades esse grupo destacou mais uma que considerou importante para a discussão, mas as mesmas não foram analisadas pela Plenária e ficaram como propostas para um próximo encontro:

PRIORIDADE	COMO	QUANDO	QUEM
Certificação da Economia Solidária (Selo).	Auto certificação. Controle Social. Integrar ações diversas: FACES, FMEPS, Estados, Ver viabilidade do Selo do Fome Zero.	2004.	FBES – SENAES - mais parceiros.

A segunda discussão feita pelo grupo foi quanto aos “Temas, Normas e Composição dos Grupos de Trabalho que serão organizados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária”:

Normas de funcionamento dos GTs:

- Ser constituído prioritariamente por entidades e pessoas do FBES podendo convidar membros externos para assessoria técnica.
- Ter prazo de funcionamento de acordo com a demanda e os prazos do tema.
- Divulgação dos resultados à secretaria executiva e posterior divulgação na coordenação do FBES.

Temas e Composição:

- GT – Marco Legal (Rede de ITCPs – Prof. Gediel, Fórum de Cooperativas Popular do RJ, Leonardo e Daniel Rech).
- GT – Diagnóstico (Composição existente + Dieese, Faces e nos estados Observatórios de Políticas Públicas, Universidades, UNITRABALHO).
- GT – Integração de práticas de ES às políticas sociais (Rede de gestores, Otiniel, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e Rede de ITCPs).

OBS:

Juntar Grupo de Trabalho sobre Trocas Solidárias e Moeda Social.

RELATÓRIO DA CONSOLIDAÇÃO DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO DO CONSELHO INTERLOCUTOR

PRIORIDADES	COMO	QUANDO	QUEM
<p style="text-align: center;">REALIZAÇÃO DE CAMPANHA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA</p>	<p>Finalidade da Campanha:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão Social. • Outra economia e trabalho digno. <p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afirmação de nossa identidade; Apontar para o futuro. Articular outros espaços de governo. • Articular campanha nacional com as ações dos Estados. • Mobilizar e ampliar a visibilidade da Economia Solidária. <p>Público alvo da campanha: Público interno (participantes da economia solidária), serviços públicos, comunidade e usuários de serviços públicos.</p> <p>Meios: Grande mídia, cartazes, Cartilha para Formação, Campanhas Temáticas Paralelas, Cartilha para as Eleições 2004, página na WEB.</p> <p>Participantes: Unidades federativas e órgãos de governo.</p> <p>Eventos: audiências públicas, escolas, outros.</p> <p>Recursos: SENAES, Parcerias nacionais e locais.</p> <p>Focos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sociedade organizada, movimentos sociais, governos, partidos, ministério público. • Toda a sociedade. 	<p>No primeiro semestre será feita campanha interna dirigida a setores organizados da sociedade. No segundo semestre será feita campanha externa após o mapeamento.</p>	<p>Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) e Fóruns Municipais de Economia Solidária (FMES), SENAES, dependendo do foco: Sistema S, universidades e outros parceiros.</p> <p>Contratar assessoria especializada.</p>

PRIORIDADES	COMO	QUANDO	QUEM
<p>ORGANIZAÇÃO DO I ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEMENTOS POPULARES</p>	<p>Deve ser precedido de encontros municipais e estaduais de empreendimentos solidários que elejam delegados (devem ser elaborados critérios para escolha). Afirmar e debater a pauta dos Empreendimentos Populares Solidários, frente às políticas públicas. Fortalecer a organização coletiva dos empreendimentos e o direito ao trabalho solidário. Foco do Encontro: Discussão e afirmação política dos empreendimentos; fortalecimento do movimento de empreendimentos solidários; espaço de articulação, discussão de agenda e planejamento do movimento dos empreendimentos. Elaboração imediata de Convocatória para o Encontro Nacional nesta reunião do Conselho Interlocutor. Realizar mesa sobre as experiências que desenvolvemos. Eventos paralelos: Mostra dos produtos e troca de tecnologias.</p>	<p>Primeira reunião preparatória em Fevereiro de 2004.</p> <p>O Encontro será realizado em Brasília, no final do mês de abril de 2004.</p>	<p>Comissão de empreendedores, SENAES e apoio das assessorias.</p> <p>A comissão de empreendedores é composta por Nelsa (Sul), Ari (Sudeste), Oscarina (Sudeste), Vera (Centro-Oeste), Lenivaldo (Nordeste) e Crispim (Norte).</p>
<p>PROMOÇÃO DE FEIRAS, FESTIVAIS, TROCAS SOLIDÁRIAS (COM MOEDA SOCIAL), COM INTERCÂMBIO NACIONAL E INTERNACIONAL</p>	<p>Serão realizadas 18 feiras e será garantido apoio à realização do Encontro Nacional de Feiras de Trocas no Rio de Janeiro e à Feira e evento internacional de Economia Solidária na URBIS/SP, em junho de 2004. Incentivar e apoiar também a realização de feiras nos demais estados que ainda não participam do FBES. A feiras podem ser regionais. A realização de feiras devem ser utilizadas como mecanismos de mobilização. Propor feiras internacionais no FSM 2004. Organizar eventos e feiras estaduais no FSM 2005. Recursos: SENAES, Prefeituras, demais órgãos públicos e outros parceiros. Envolvimento dos empreendedores no planejamento, execução e organização das feiras. Promover intercâmbio de experiências internacionais. Promover intercâmbios entre feiras estaduais. Negociar com a SENAES a divisão do recurso para todas as feiras. Verificar com nos estados e Senaes calendário ou agenda das feiras estaduais do ano de 2004.</p>		<p>FBES, FEES, SENAES. Assessoria ajuda na orientação da venda/comercialização solidária. Criação do Grupo de Trabalho de Feiras e Eventos de forma provisória para articular a participação da Economia Solidária no evento da URBIS/SP. Esse GT será composto pelo Luigi, Walmir, Ângela e Carlos Henrique.</p>

PRIORIDADES	COMO	QUANDO	QUEM
INTEGRAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA A OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS EXISTENTES	<p>A SENAES desdobra estas atividades junto com a Rede de Gestores.</p> <p>O FBES deve participar da articulação das bases, para pressionar municípios e estados a fazerem a integração.</p> <p>Assegurar a participação nos conselhos de Segurança Alimentar, Assistência Social, Emprego, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.</p> <p>Interferir no Conselho/Comissão Fome Zero para que fortaleça empreendimentos da Economia Solidária, articulando para que os empreendimentos solidários sejam estratégicos neste programa e nos demais.</p> <p>Garantir a sustentabilidade do movimento frente ao governo.</p>		FBES, SENAES, MESA, MDA, Rede de Gestores.
RELAÇÃO ENTRE FBES E FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	<p>Trazer para dentro do FBES a discussão e encaminhamentos a respeito do FSM e relação internacional.</p> <p>Disponibilizar recursos para levar ao Fórum Social Mundial 2004: vídeo sobre a III Plenária Nacional de Economia Solidária, representantes de empreendimentos e publicações.</p> <p>Representação do FBES na lista de discussão das redes internacionais.</p> <p>Verificar se ainda existem os recursos disponíveis pelo PACS, Articulação França-Quebec ou de outras entidades.</p>	<p>Discussão durante os trabalhos do Conselho sobre o FSM/2004.</p> <p>Demais – Próxima reunião</p>	<p>Na delegação deve ter representação do FBES. FBES – SENAES.</p>

A discussão do item oito foi aprofundada pela plenária, que deliberou da seguinte forma:

- Foram escolhidos dois representantes e três suplentes do segmento dos empreendimentos para representar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária no Fórum Social Mundial que se realizará em Janeiro de 2004 na Índia:

Representantes:	Suplentes:
Lenivaldo	Nelsa
Idalina	Walmir
Crispim	
- Eles irão discutir dois temas escolhidos pelo Conselho Interlocutor pela importância que a troca de experiências nestes temas pode trazer para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
 1. Políticas Inovadoras de Autogestão.
 2. Consumo Ético e Comércio Justo.

A discussão sobre os “Temas, Normas e Composição dos Grupos de Trabalhos” ficou assim definida pela plenária:

Quanto aos temas:

1. Marco Jurídico.
2. Mobilização de recursos.
3. Feiras e eventos.
4. Redes de produção, comercialização e consumo.
5. Finanças solidárias.
6. Relações Internacionais.
7. Integração de práticas de Economia Solidárias às políticas sociais.
8. Diagnóstico.
9. Trocas Solidárias e Moedas Sociais

Quanto às normas de funcionamento e composição dos grupos de trabalho:

1. A composição é aberta à participação de outros atores (mantendo um núcleo fixo com integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária) para assessoria técnica.
2. Ter prazo de funcionamento de acordo com a demanda do tema.
3. Divulgação dos resultados à secretaria executiva e posterior divulgação na coordenação do FBES.
4. O Grupo de Trabalho pode ser temático ou “executivo”.
5. Elaborar propostas para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
6. Todo Grupo de Trabalho deve ter um plano de ação aprovado pelo Conselho Interlocutor.
7. Comprometimento do participante.
8. Ter como estratégia a busca de fontes diversas de financiamento para todas as atividades.

ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA EXECUTIVA DO FBES

Após a consolidação dos resultados da agenda de ações, dos temas, normas e funcionamento dos GTs que serão criados pelo FBES, passou-se a analisar o terceiro tema que refere-se às atribuições e orçamento da Secretaria Executiva Definitiva do FBES. Após as discussões nos Grupos de Trabalho as atribuições e o orçamento sofreram modificações, adequando sua redação ao definido pela Plenária do Conselho.

ATRIBUIÇÕES:

1. Realizar campanhas nacionais promovidas pelo FBES visando a difusão da Economia Solidária e a divulgação dos benefícios sociais e ecológicos gerados por ela, atentando às oportunidades que a mídia pode oferecer para essa divulgação.
2. Organizar os encontros anuais da coordenação nacional (dois) e do Conselho Interlocutor do FBES (dois).
3. Organizar e participar da sistematização e distribuição dos documentos dos encontros de segmentos integrantes do movimento da Economia Solidária. Como exemplo, o I Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários que deverá ser realizado em 2004.
4. Organizar ou participar da organização de Plenárias Nacionais, encontros, feiras e festivais promovidos pelo FBES.
5. Organizar, apoiar e divulgar os encontros dos Grupos de Trabalhos promovidos pelo FBES.

6. Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas sobre a Economia Solidária promovidos pelo FBES.
7. Criar e manter uma estrutura de comunicação entre o FBES e os FEES, órgãos públicos, fóruns e outras entidades da sociedade civil.
8. Articular a integração do FBES com outros fóruns, redes internacionais e outros movimentos sociais.
9. Moderar e animar a lista virtual de discussão do FBES.
10. Criar um site do FBES.
11. Divulgar a execução financeira da Secretaria Executiva.

ORÇAMENTO¹:

Para executar as atividades requeridas para o exercício de suas atribuições, a Secretaria Executiva do FBES deverá dispor dos recursos discriminados no quadro abaixo, que abrange um período de dois anos.

ITENS	VALOR UNITÁRIO OU MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1. INSTALAÇÃO Móveis, microcomputador, impressora a laser, fax, scanner, etc.	-	15.000,00
2. PESSOAL ² Contratação de 3 pessoas	10.500,00	273.000,00
3. MANUTENÇÃO ³ Água, luz, telefone, limpeza, correio, material de escritório.	1.500,00	39.000,00
4. REUNIÕES ORDINÁRIAS DA COORDENAÇÃO NACIONAL ⁴		
4.1 Passagens	1.000,00 x 60 x 4=	240.000,00
4.2 Diárias	500,00 x 60 x 4=	120.000,00
4.3 Coordenação e facilitação	17.000,00 x 4=	68.000,00
4.4 Sistematização e divulgação	17.500,00 x 4=	70.000,00
4.5 Apoio administrativo	1.000,00 x 4=	4.000,00
4.6 Aluguel de equipamentos	10.000,00 x 4=	40.000,00
	TOTAL	572.000,00
5. REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO INTERLOCUTOR ⁵		
5.1 Passagens	1.000,00 x 30 x 4=	120.000,00
5.2 Diárias	500,00 x 30 x 4=	60.000,00
5.3 Coordenação e facilitação	8.500,00 x 4=	36.000,00
5.4 Sistematização e divulgação	8.500,00 x 4=	36.000,00
5.5 Apoio administrativo	700,00 x 4=	2.800,00
5.6 Aluguel de equipamentos	2.500,00 x 4=	10.000,00
	TOTAL	264.800,00

1 Não estão incluídas neste orçamento despesas com encontros e reuniões extraordinários.

2 Encargos trabalhistas incluídos.

3 Não incluídos neste valor o aluguel do espaço e taxa de condomínio com a expectativa de se consiga um espaço num prédio do MTE.

4 A Coordenação Nacional do FBES, composta pelo COFA e três representantes por estado, reunir-se-á semestralmente.

5 O Conselho Interlocutor do FBES, composto pelo COFA e por um representante dos empreendedores por estado, reunir-se-á semestralmente.

ITENS	VALOR UNITÁRIO OU MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
6. ORGANIZAÇÃO E APOIO ÀS REUNIÕES GT'S DO FBES ⁶		
6.1 Passagens	1000,00 x 10 x 5 x 8=	400.000,00
6.2 Diárias	200,00 x 10 x 5 x 8=	80.000,00
6.3 Apoio administrativo	200 x 5 x 8=	8.000,00
	TOTAL	488.000,00
7.		
TOTAL GERAL		1.651.800,00

Observação da relatoria: Apenas no item pessoal foram feitas alterações. A verba de R\$7.500,00 para custear a contratação de pessoal foi considerada abaixo da real necessidade de recursos, foi sugerido pelo Conselho o aumento dessa verba para R\$10.500,00. O total geral foi alterado de acordo com o novo valor proposto para a contratação de pessoal.

⁶ Estão previstos cinco GT's (Mapeamento, Finanças, Marco Legal, Trocas Solidárias e Relações Internacionais) com uma média de dez integrantes por GT. As reuniões serão trimestrais.

CONSOLIDAÇÃO DA REUNIÃO ENTRE SENAES E CONSELHO INTERLOCUTOR DO FBES

No dia 13 de dezembro de 2003 houve uma reunião durante o dia onde foram apresentadas a consolidação dos trabalhos do Conselho Interlocutor e a sistematização do encontro entre a SENAES e Conselho no dia 11. Desses dois trabalhos surgiu uma agenda com datas e compromisso entre a SENAES e o Conselho Interlocutor.

PRIORIDADES	ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
<p>1 – CAMPANHA NACIONAL DE DIVULGAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</p> <p>Interna – primeira etapa Externa – segunda etapa</p>	<p>Realizar reunião entre a Secretaria Executiva Provisória do FBES e SENAES para construção de um pré-projeto, que deverá ser apresentado ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária.</p>	<p>Secretaria Executiva Provisória e SENAES</p>	<p>A reunião entre a Secretaria Executiva Provisória, SENAES, FEES-DF e Entorno deverá ocorrer no mês de Fevereiro de 2004</p> <p>O pré-projeto deverá ser apresentado na reunião da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que ocorrerá nos dias 01,02 e 03 de Abril.</p>
<p>2 – ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS</p>	<p>Realizar uma primeira reunião da Comissão de Empreendimentos do FBES (Nelsa – Região Sul, Ary e Oscarina – Região Sudeste, Veroneide Cordeiro – Região Centro Oeste, Lenivaldo – Região Nordeste, Crispim – Região Norte), para discutir a organização do encontro e elaborar projeto para sua realização.</p>	<p>Comissão de Empreendimentos de Economia Solidária, SENAES, Secretaria Executiva Provisória e Assessorias Nacionais.</p>	<p>A reunião da Comissão de Empreendimentos e demais responsáveis acontecerá nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2004.</p> <p>O Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários está agendado para os dias 09, 10 e 11 de Julho de 2004 em Brasília – DF.</p>

<p>3 – FEIRAS E EVENTOS</p> <p>O Conselho Interlocutor do FBES sugeriu que, em 2004, a SENAES apóie em 18 Feiras nos estados (definir calendários), 1 Feira Nacional de Trocas Solidárias no Rio de Janeiro e 1 Feira Internacional/URBIS-SP.</p>	<p>Os Fóruns Estaduais deverão encaminhar a SENAES seus calendários de feiras, bem como os projetos relativos à realização das mesmas.</p>	<p>FEES: Envio a SENAES dos calendários e projetos das feiras nos estados. (ver pág. 55 – Cria. Esp.) Feira URBIS-SP: Grupo de Trabalho montado para preparar o evento em SP (Sugestão: Luigi, Walmir, Ângela e Carlos Henrique) 1º Feira Nacional de Trocas Solidárias: Rede de Trocas Solidárias.</p>	<p>Envio a SENAES dos calendários e projetos das feiras nos estados: até o dia 10 de fevereiro de 2004.</p> <p>A realização da feira na URBIS será em junho de 2004 e o GT se encarregará de organizar o seu cronograma de preparação.</p> <p>A 1º Feira Nacional de Trocas Solidárias no Rio de Janeiro acontecerá nos dias 22 e 23 de maio de 2004 e a Rede de trocas Solidária já tem o seu cronograma de preparação.</p>
<p>4 e 5 – Diagnóstico/Mapeamento</p> <p>Prazo para finalização fica para dezembro de 2004.</p>	<p>Os Fóruns Estaduais, bem como outros atores, devem analisar e emitir opinião sobre o Termo de Referência do Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária, apresentado pela SENAES.</p>	<p>SENAES e GT de Mapeamento.</p>	<p>Data final para enviar a SENAES os comentários, propostas e sugestões sobre o Termo de Referência: dia 15 de Janeiro de 2004.</p>
<p>6 – MARCO JURÍDICO</p> <p>Realização de 2 Seminários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cooperativismo. • Marco Jurídico. 	<p>Constituir um Grupo de Trabalho sobre Marco Jurídico, juntamente com a SENAES, que terá por objetivo articular outras forças, propor estratégias e novos arranjos legais que permitam o avanço da economia solidária. Realizar dois seminários em 2004 sobre o Marco Jurídico.</p>	<p>Pela constituição do Grupo de Trabalho sobre Marco Jurídico: FBES e SENAES</p> <p>Pela realização dos Seminários: SENAES, FBES e o GT sobre Marco Jurídico.</p>	<p>Primeira reunião do GT Marco Jurídico: Data a definir.</p> <p>Primeiro Seminário em 30 e 31 de Março de 2004. Segundo Seminário no dia 15 de Setembro de 2004.</p>
<p>7 –FÓRUM SOCIAL MUNDIAL</p> <p>Data: Janeiro de 2004.</p>	<p>PACs e Cáritas.</p>	<p>Fórum Brasileiro de Economia Solidária.</p>	<p>Foi providenciada a ida para o FSM, em Mumbai – Índia, dos representantes de Empreendimentos do FBES – Idalina Maria Boni (SC) e Lenivaldo da Silva Lima (PE).</p>

PRIORIDADES ADICIONADAS ÀS DISCUSSÕES

PRIORIDADES	ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Os FEES devem identificar suas prioridades e projetos estruturantes que fortaleçam a economia solidária no estado.	Foi acordado com a SENAES que os FEES enviarão suas prioridades e as propostas de projetos estruturantes da economia solidária, que entre outros articulem, organizem e proponham cadeias ou setores produtivos, redes de articulação de empreendimentos ou centros/casas de referência da economia solidária. (ver pág. 6 – item c)	Fóruns Estaduais de Economia Solidária.	10 de Fevereiro de 2004
Datas das Reuniões da Coordenação Nacional e Conselho Interlocutor do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.	Preparar e organizar as reuniões do Conselho e da Coordenação.	Secretaria Executiva do FBES (apoio da SENAES).	Reuniões da Coordenação: 1, 2 e 3 de Abril e, 13, 14 e 15 de Setembro de 2004. Reuniões do Conselho Interlocutor: 12 e 13 de Julho (após o Encontro Nacional dos Empreendimentos Solidários) e 02 e 03 de Dezembro de 2004.
Reuniões Estaduais/SENAES – 2004.	A SENAES proporá um calendário de reuniões, a exemplo do realizado no 2º semestre de 2003, para os estados que ainda não as realizaram.	SENAES	A proposição de calendário será apresentada até o dia 16 de Janeiro de 2004.

CRIAÇÃO OU CONSOLIDAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

GRUPOS DE TRABALHO PRIORIZADOS PARA CRIAÇÃO/MANUTENÇÃO IMEDIATA	COMPOSIÇÃO	PRODUTOS E PRAZOS
Grupo de Trabalho sobre Mapeamento (já existe).	SENAES, FBES, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, FASE, ITCPs, IBASE, Unitrabalho, FAEPS, ADS e outros parceiros.	Desenvolver métodos e instrumentos para o mapeamento e identificação da dimensão econômica e social da Economia Solidária no Brasil, aproveitando-se das experiências já desenvolvidas. Os primeiros resultados serão apresentados no final de 2004.
Grupo de Trabalho sobre Finanças Solidárias – este grupo já foi montado por iniciativa da SENAES, com várias pessoas que compõe o FBES e o fórum passará a assumi-lo em conjunto com a SENAES.	SENAES, Marines/Aguinaldo – Cáritas, Gilmar Carneiro – ADS, Clecio – ABCRED, Sandro Lunardi e Alzira – Rede de Gestores, Idalvo Toscano, Eduardo Girão, Ronaldo - Anteag. Por sugestão do FBES, deverão ser convidados a compor o GT um representante da Cresol e o companheiro Ari, do RJ, ligado a Rede de Trocas Solidárias.	Elaborar uma proposta de Política Nacional de Finanças Solidárias, durante o ano de 2004.
Grupo de Trabalho sobre Conselho Nacional de Economia Solidária – a SENAES sugeriu a constituição de um GT temporário para contribuir na construção de uma proposta de composição e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária.	3 representantes da SENAES e 4 representantes do FBES – Ademar Bertucci – Cáritas, Bernardo – Secretaria Executiva Provisória do FBES, Vera - Fórum DF e Entorno e João Roberto - IBASE.	Serão realizadas duas reuniões desse GT, uma no dia 20 de Janeiro e outra no dia 05 de fevereiro. Até o final de fevereiro este GT construirá uma proposição inicial de funcionamento e composição do Conselho Nacional de Economia Solidária.
Grupo de Trabalho sobre Marco Jurídico - este GT também será constituído em conjunto com a SENAES e terá por objetivo articular outras forças, propor estratégias e novos arranjos legais que permitam o avanço da economia solidária.	SENAES, FBES, ITCPs – Prof. Gediel, Cooperativas Populares do Rio de Janeiro – Daniel Rech, Fórum do Cooperativismo do RJ – Leonardo, Coppe RJ - Huberlan Rodrigues, Advogado da Catende - Bruno Ribeiro e outros nomes ligados a área.	Estatuto da Economia Solidária no Brasil.

A criação de novos Grupos de Trabalho será discutida na próxima reunião da Coordenação em abril de 2004. Os GTs prioritários serão: produção, comercialização e consumo; integração de políticas, projetos e iniciativas. Os GTs de Relações Internacionais e Trocas Solidárias e Moedas Sociais ficaram para serem discutidos após os eventos em que integrantes do FBES participarão: FSM 2004 e Feira Nacional de Trocas Solidárias respectivamente.

Deverá ainda ser criado um GT virtual de mobilização e recursos, via Web.

TEMAS PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DO CONSELHO INTERLOCUTOR

1. Qual a política de Formação em Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária?
2. Participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária na coordenação do Fórum Social Mundial/2005.
3. Certificação (Selo) da Economia Solidária.

INFORMES

Agroecosol – Articulação de Agroecologia e Economia Solidária – Mapeou cerca de 107 entidades.

- Objetivo Principal:

Pensar a comercialização e/ou consumo de produtos agroecológicos dentro da perspectiva da Economia Solidária.

- Metas:

I – Levantar iniciativas no Brasil e na França de Agrosol.

II – Estabelecer e delinear os diferentes perfis de comercialização/consumo de produtos agroecológicos dentro da perspectiva da Economia Solidária.

III – Um retrato de consumidores de produtos alimentícios ecológicos em várias cidades do país, com metodologia própria.

IV – Propostas de estratégias de comercialização de produtos agrosol.

Festival Estadual de Economia Solidária – Pernambuco

Datas: 17 a 21/12/03

Local: Parque Treze de Maio. Recife – Pernambuco

No dia 18/12/03 haverá um Seminário sobre a Economia Popular Solidária na Câmara de Vereadores do Recife com a presença do Secretário Nacional de Economia Solidária.

Moção de Apoio

O Conselho Interlocutor aprovou uma moção de apoio ao Fórum de Economia Solidária de Minas Gerais que enfrenta problemas com projeto de lei sobre o tema da Economia Solidária no legislativo estadual. Trata-se de um projeto de lei sobre marcas e selos de Economia Solidária que prevê critérios, procedimentos e formas de funcionamento da certificação, conferindo à sociedade civil e ao Fórum de Economia Solidária de Minas papel de destaque na execução, controle de habilitações e uso das marcas. O projeto vem sofrendo alterações que distorcem seus propósitos iniciais e será votado na semana seguinte.

ANEXOS

Os três anexos abaixo fazem referência:

- Anexo I: Resumo da reunião da SENAES com os Fóruns Estaduais de Economia Solidária.
- Anexo II: Reflexão da SENAES a partir do Encontro com os Fóruns Estaduais.
- Anexo III: Proposta de ação da SENAES para o ano de 2004.

ANEXO I

RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES DAS REUNIÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COM OS FÓRUNS ESTADUAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

INTRODUÇÃO

O resumo que segue tem como base as reuniões ocorridas entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e os Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Sua finalidade é subsidiar as discussões que serão realizadas entre o Conselho Interlocutor do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a SENAES nos próximos dias 11 a 13 de dezembro de 2003.

REUNIÕES ESTADUAIS

As reuniões com os Estados foram realizadas entre os meses de outubro e novembro do ano corrente, e cobriram um total de 12 Unidades da Federação (conforme cronograma a seguir). Participaram dos encontros, aproximadamente, 850 pessoas, sendo pelo menos, 341 membros de empreendimentos, 192 de assessorias e 76 representantes de governos e mandatos parlamentares. Em cada um dos Estados, a SENAES tinha como intenção a realização de três atividades:

- 1) Uma reunião com a DRT, onde se discutiu possibilidades de trabalho com a temática da Economia Solidária nesse espaço regionalizado do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 2) Um seminário sobre “Economia Solidária e as Políticas Públicas necessárias ao seu desenvolvimento” que tinha como finalidade divulgar e sensibilizar setores ainda não envolvidos com a temática nos Estados.
- 3) Encontros de representantes da SENAES com os integrantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, tendo como pauta as potencialidades e dificuldades concretas dos empreendimentos, no local onde eles estão trabalhando.

Para a finalidade colocada nesse documento, iremos centrar a atenção para as três questões que foram desenvolvidas na reunião Fóruns Estaduais:

- 1) Relação Estado-Sociedade nas políticas públicas de Economia Solidária;

- II) Segmentos, arranjos locais e cadeias produtivas de Economia Solidária existentes (e potenciais) nos Estados;
- III) Prioridades para o fortalecimento de Economia Solidária identificada nas reuniões.

CRONOGRAMA DAS REUNIÕES REALIZADAS NOS ESTADOS

Data	Município	Estado	Observações	Participantes
21 e 22 / 10	Belém	Para	Não ocorreu encontro com a DRT	39
23 e 24 / 10	Porto Alegre	Rio Grande do Sul		59
28 e 29 / 10	Salvador	Bahia		113
30 e 31 / 10	Recife	Pernambuco	Seminário Aberto ocorrerá posteriormente	123
31/10 e 01/11	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		47*
07 e 08 / 11	João Pessoa	Paraíba		129
8, 10 e 11/11	Belo Horizonte	Minas Gerais		52
17 e 18 / 11	Santo André	São Paulo	Seminário Aberto ocorrerá posteriormente	50
20 e 21 / 11	Florianópolis	Santa Catarina		71
20 e 23 / 11	Maringá	Paraná	Seminário e DRT foram realizadas em Curitiba	39
24 e 25 / 11	Aracajú	Sergipe	Seminário Aberto ocorrerá posteriormente	40*
27 e 29 / 11	Fortaleza	Ceara		47

* Aproximadamente

COMENTÁRIO GERAL

Os objetivos propostos para as reuniões realizadas foram bastante ousados. Por um lado, tentamos, por necessidade, cobrir o máximo de Estados no curto espaço de tempo disponível, o que indica atividades a serem melhor desenvolvidas nas próximas oportunidades. Por outro lado, reconhecemos que a organização política da Economia Solidária tanto interna ao Governo Federal, como da sociedade civil nos diversos fóruns estaduais é recente. Dessa forma, a produção que conseguimos com as reuniões realizadas é ainda um pouco frágil para construir nossa pauta de ação.

Mesmo assim, com uma certa precariedade da informação produzida, acreditamos que os resumos das questões-chave que seguem poderão servir como mais uma importante referência para a consolidação de políticas de Economia Solidária em nosso país.

RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A discussão pretendia pensar as formas como o movimento de Economia Solidária dos Estados poderá construir canais de comunicação com o poder público. Nesse sentido, propôs-se que três níveis fossem considerados nas discussões: a relação com os governos locais (estadual e municipais); com os conselhos e com DRTs; e com a própria SENAES/MTE. Do total de 12 reuniões realizadas, apenas 10 relatórios constam de informações sobre a temática. Mesmo assim, isso não nos impede de considerar relevantes as informações produzidas nesses Estados por servirem como referenciais nas discussões dos instrumentos que poderemos vir a adotar nessa relação.

Podemos separar as sugestões produzidas nos Estados em 5 blocos que facilitam sua compreensão: interlocução com a SENAES; interlocução com o poder público em geral; interlocução com as DRTs/MTE; questões dos focos que podemos adotar nas políticas públicas; sugestões de ações para a SENAES. Com esses blocos em mente, podemos iniciar a discussão dos temas, sendo que, para cada um deles, iremos apresentar uma tabela resumo das propostas no bloco e em seguida um comentário geral.

1) Interlocução com a SENAES

SUGESTÕES	ESTADO
Representação do Fórum Estadual e do Fórum Brasileiro no Conselho Nacional de Economia Solidária, outros Conselhos, Comissões Federais, Estaduais e locais	Bahia, Paraíba, São Paulo, Ceará e Paraná
Montagem de mala direta para o Fórum Estadual pela SENAES	São Paulo
Formar comissões microrregionais de trabalho, obedecendo o plano de desenvolvimento territorial	Paraíba
Fazer gestões junto ao Banco Central para flexibilizar as atuais políticas de crédito	Rio de Janeiro
Criar o Conselho Estadual de Economia Solidária	Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraíba

Comentário: Destaca-se nesse bloco a necessidade da criação dos Conselhos Estaduais de Economia Solidária como “espelho” do Conselho Nacional, assegurando a participação nas políticas referentes à economia solidária.

2) Interlocução com as DRTs e outros espaços do MTE

SUGESTÕES	ESTADO
Ação conjunta do Fórum Estadual com a FUNDACENTRO e com entidades que forneçam crédito, de modo a pensar nas condições de segurança e saúde dos trabalhadores de economia solidária	São Paulo
Criar uma área específica de economia solidária na DRT	Rio Grande do Sul, Paraíba e Sergipe
Definição de critérios para certificação de produtos e serviços para criação de selo nacional da economia solidária, diferenciado da prática de “responsabilidade social” das empresas capitalistas	Rio de Janeiro
Participar dos PLANTEQ	Paraíba

Comentário: É sinalizado nesse bloco a necessidade da criação na DRT de espaço físico para a economia solidária, a preocupação com que os trabalhadores da economia solidária tenham ambientes e as condições de trabalho seguros e saudáveis e a definição de critérios para a criação de selo da economia solidária.

3) Ações propostas de políticas para a SENAES

SUGESTÕES	ESTADO
Definição de políticas de finanças solidárias	Rio de Janeiro
Definição de critérios para certificação de produtos e serviços para criação de selo nacional da economia solidária, diferenciado da prática de “responsabilidade social” das empresas capitalistas	Rio de Janeiro
Participar dos PLANTEQ	Paraíba
Geração de incubadoras comunitárias;	Rio de Janeiro
Elaborar o mapeamento da economia solidária	Pernambuco
Formação de gestores e funcionários públicos, conselheiros municipais, estaduais e nacionais em economia solidária	Rio de Janeiro

Comentário: as sugestões acima foram apresentadas na discussão e sistematizadas, mas não faziam parte da temática proposta para essa discussão, a de pensar as interlocuções Estado-Sociedade.

4) Interlocução com o poder público em geral

SUGESTÕES	ESTADO
Ação conjunta do Fórum Estadual com a FUNDACENTRO e com entidades que forneçam crédito, de modo a pensar nas condições de segurança e saúde dos trabalhadores de economia solidária	São Paulo
Articulação do Fórum Estadual com a Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social	Paraná
Representação do Fórum Estadual e do Fórum Brasileiro no Conselho Nacional de Economia Solidária, outros Conselhos, Comissões Federais, Estaduais e locais	Bahia, Paraíba, São Paulo, Ceará, Paraná
Interlocução do Fórum Estadual com representação de órgãos federais no estado: Fome Zero, bancos, Saúde, Educação e outros	Minas Gerais, Ceará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe
Elaboração de Kit sobre “caminhos” de cada município para montar, construir conselhos, elaborar políticas públicas, princípios e valores da Economia Solidária	Minas Gerais
Utilizar espaços públicos para feiras de Economia Solidária;	Rio de Janeiro e Minas Gerais
Definição de políticas de finanças solidárias	Rio de Janeiro
Fazer gestões junto ao Banco Central para flexibilizar as atuais políticas de crédito	Rio de Janeiro
Influir nos orçamentos municipais e estaduais	Rio de Janeiro
Construir estratégias de relacionamento com o legislativo (municipal, estadual e nacional) para debater reformas centrais para as ações de economia solidária: reforma tributária, trabalhista e outras	Rio de Janeiro
Tributação específica para os empreendimentos de economia solidária, que leve em conta a escala da produção, os tipos de produtos e o número de trabalhadores	Rio de Janeiro
Fortalecer a articulação das políticas públicas municipais nas áreas de crédito, saúde, meio ambiente, capacitação, financiamento, apoio jurídico e econômico.	Pernambuco e Rio de Janeiro
Definição de marco legal, conceitual e jurídico pertinente à economia solidária: licitação pública, área fiscal, transporte, subsídios, vigilância sanitária e outras	Rio de Janeiro e Minas Gerais

Comentário: Os Fóruns Estaduais poderão, mediante parcerias, ter representatividade nos diversos conselhos, fóruns, comissões nas instâncias estaduais e municipais, além da interlocução com órgãos federais existentes nos Estados e que tenham ações voltadas para a inclusão social e com espaço para a economia solidária. Essa participação pode garantir a

definição do marco legal, espaços públicos para feiras, capacitação, divulgação da economia solidária e outras ações que venham a fortalecer a economia solidária no país.

5) Foco nas políticas públicas

SUGESTÕES	ESTADO
Necessidade de pensar nos micro empreendedores e nos empreendedores individuais, tanto urbanos como rurais	Minas Gerais
Estabelecer parcerias, mediante redes	Minas Gerais
Pensar no desenvolvimento territorial	Minas Gerais
Incentivo e fortalecimento das feiras de trocas solidárias, cooperativas de consumo, produção e comercialização	Pernambuco e Rio de Janeiro
Promover o desenvolvimento de fontes alternativas de energia: esgoto, sol, álcool e outros	Rio de Janeiro

Comentário: Destaca-se nesse bloco a necessidade do incentivo e fortalecimento das cooperativas autogestionárias, das parcerias para a realização de feiras, com base no desenvolvimento territorial.

ANEXO II

SEGMENTOS, ARRANJOS LOCAIS E CADEIAS PRODUTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EXISTENTES (E POTENCIAIS) NOS ESTADOS

Não é de hoje que apresentamos a necessidade de se conhecer os setores produtivos onde temos empreendimentos de Economia Solidária em ação. Esse conhecimento é estratégico para a estruturação e priorização das políticas que se pretende desenvolver para o fortalecimento e consolidação da Economia Solidária nos Estados.

Ocorre que tal saber nem sempre se encontra previamente elaborado e exige uma dedicação específica à esta atividade para aprofundar a informação necessária. Sabemos que não temos ainda a informação e nem ao menos o contato de todos os que trabalham em nosso campo nos Estados. A SENAES está com uma ação específica para mapear e produzir um banco de dados dos empreendimentos e iniciativas em todo o território nacional. No entanto, precisamos aproveitar o que temos de conjunto já organizado para dar os primeiros passos.

Assim, nos encontros estaduais tentamos levantar as atividades que ali estavam representadas, as atividades que era de conhecimento de todos, e tentamos especular os potenciais para o nosso campo que ainda não eram explorados. Infelizmente, esta última prospecção foi prejudicada e apenas apareceu em um Estado visitado, tornando essa informação de difícil consideração.

Em relação ao mapeamento das atividades existente também alguns problemas apareceram. Em primeiro lugar, apenas 9 dos 12 Estados realizaram discussões nesse sentido. Dos que apresentaram alguma relação de atividade, geralmente trabalhado em GTs durante o encontro, a maioria disse ser a listagem incompleta. Por fim, a falta de uma prévia categorização das atividades também dificultou o diálogo entre alguns relatórios, o que resultou em alguma perda de detalhe com essa sistematização.

Mesmo assim, acreditamos que as informações que seguem são relevantes para pensar melhor, inclusive, as necessidades daquilo que ainda temos que aprofundar em termos de conhecimento (podendo usar a informação para discutir inclusive a metodologia). Foi nesse sentido que realizamos o exercício de categorizar as atividades e analisar sua presença nos Estados. Esse mapeamento de atividades facilita a visualização dos setores que predominam nos Estados visitados.

Ao final do relatório, anexamos a relação das atividades mencionadas nos relatórios, ordenadas por Estado.

RELAÇÃO DE ATIVIDADES / ESTADOS

ATIVIDADE	DETALHAMENTO (algumas observações relevantes)	ESTADOS (onde apareceu)
Reciclagem		9 - Todos
Artesanato	Em MG, especificado como mineral No CE: estopa, aproveitamento de retalhos, tapeçaria, crochê, bordados, estamparia, areia colorida, palha, materiais recicláveis, sementes e madeiras	8 - Apareceu apenas como potencial em PE
Agricultura	Diversificada em todas as regiões No CE: Agroecologia, agroindústria, apicultura, caprinovinocultura, acicultura (galinha caipira) horticultura, plantas medicinais (farmácias vivas), mandioca, remédios caseiros Em MG: Fruticultura, café, cana, poupas, pequi, óleo de coco de macaúba, temperos EM PB: fruticultura, piscicultura, hortaliças, apicultura, raízes, caprinos, plantas medicinais, bancos de sementes	8 - Não apareceu no RJ
Serviços	Em MG: Lavanderia e mecânica	7 - Não aparece em PB e PR
Alimentação	Em diversos Estados existe a diferenciação de tipos de atividades fora de alimentação, como a produção de doces. No CE: doces, lanches, comidas típicas regionais, padarias comunitárias	6 - Não aparece em MG, PB.
Confecção	No CE: peças íntimas, roupas, uniformes, moda praia, esportivos, linhagens, tecelagens, bolsas, calçados, serigrafia, grafite, bordado Em PE: a BrásPérola, empresa de fiação falida, pode ser recuperada em autogestão	6 - Não aparece em PE, PR e RJ
Construção Civil	Cooperativas habitacionais, mutirões em autogestão e serviço de manutenção	4 - PR, RJ, RS e SP
Higiene / Limpeza		4 - CE, PE e PR

LISTA DE ATIVIDADES NÃO AGREGADAS:

- | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|
| 1. Apicultura | 10. Indústria | 19. Saúde |
| 2. Assessoria | 11. Informática | 20. Segurança |
| 3. Bolsas | 12. Marcenaria | 21. Serigrafia |
| 4. Capacitação técnica e política | 13. Metalurgia | 22. Serralheria |
| 5. Clube de Trocas | 14. Moveleira | 23. Setor couro/ calçadista |
| 6. Cultura e educação | 15. Pecuária Leiteira, laticínio | 24. Setor metal/mecânico |
| 7. Extrato de plantas medicinais | 16. Pequenos comerciantes | 25. Sisal (APAEB) |
| 8. Farinha | 17. Pesca | 26. Turismo rural |
| 9. Forjaria | 18. Psicologia | 27. Vassoura |

Comentário: As dificuldades de se utilizar as informações produzidas já foi previamente descrita. Isso tanto pela impossibilidade de precisão da informação fornecida, quanto pela desagregação da forma de coleta das mesmas. Mesmo sem esse diálogo entre as informações podemos fazer alguns destaques:

- 1) A única atividade que aparece em todos os Estados é a Reciclagem (incluindo a coleta de resíduos sólidos). Vale ressaltar que apesar de ser um serviço, neste caso apareceu dissociado dos outros. Não foi mencionado nos relatórios a possibilidade da sua integração em cadeia.
- 2) As atividades de Agricultura, com um vasto leque de diversidade pelo e dentro dos Estados, e Artesanato (que só apareceu como potencial em Pernambuco(?)) também apresentaram como muito permeadas pela Economia Solidária.
- 3) A prestação de serviços como um todo (considerando Reciclagem sem ser serviço), a Alimentação, a Confecção, Construção Civil e a Fabricação de Produtos de Higiene e Limpeza foram atividades que apareceram na maioria dos Estados visitados.

Da descrição acima, somado a lista de atividades que apareceram pelo menos uma vez nos diversos Estados, temos uma relativa complexidade de cadeias da Economia Solidária. Vale ressaltar a presença de uma quantidade maior, e mais intensa, de atividades menos complexas e agregadoras de valor, nos mercados apontados.

PRIORIDADES PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA IDENTIFICADA NAS REUNIÕES

Um dos pontos que poderá ser central para definir as políticas públicas de Economia Solidária no país é a sua definição de prioridades pelos próprios participantes do movimento nos Estados. Dessa forma, a lista que segue, com alguns problemas semelhantes aos apontados para os levantamentos anteriores, serve como referência para inclusive pensar os detalhamentos necessários dessa mesma consulta, posteriormente.

Vale ressaltar que, diferentemente das outras questões, a definição das prioridades apresentou uma maior convergência entre os Estados. Muitos dos pontos ainda aparecem como reprodução da pauta consolidada para o movimento nacional (a Plataforma das Plenárias Nacionais). Mas esse fato pode ser tanto por uma dificuldade de se abrir o leque das possibilidades de prioridade a ser dada para cada região, ou do contrário, o que é muito provável, que os pontos até aqui elencados são de fato os gargalos para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.

RELAÇÃO PRIORIDADES / ESTADOS

PRIORIDADES	ESTADO
Formação	RS, PR, SC, PB, SP, RJ, BA, PE, PA, MG e CE (Todos os estados visitados)
Crédito	PR, SC, PB, SP, RJ, BA, PE, PA, MG, RS e CE (Todos os estados visitados)
Organização	RS, SP e BA
Comercialização	RS, PR, SC, PB, SP, RJ, BA, MG e CE
Divulgação	PR, PB, SP, BA, CE
Legislação	PR, SC, PB, SP, RJ, BA, MG, CE
Redes	SC, SP, RJ, MG, PB
Certificação	RJ, MG
Feiras regionais	PA, PB
Incubagem	SP
Assistência técnica	PB, PR
Empoderamento dos empreendimentos	SC
Bancos de sementes	PB
Controle Social	PE
Mapeamento e banco de dados	PR, PB, BA, PE, PA, MG, CE

Comentário: Como se pode notar, Crédito, Formação, Comercialização e Legislação são as prioridades que o movimento tem apontado como necessárias de serem desenvolvidas para fortalecer a Economia Solidária nos Estados. A questão de Organização, Divulgação e Redes também aparecem enquanto ações prioritárias.

Com menos freqüência, o que neste caso talvez não signifique menos importância, aparecem as propostas de Certificação, Feiras Regionais e Assistência Técnica.

Ações como Incubagem, Empoderamento dos Empreendimentos, Banco de Sementes e o Controle Social também apareceram como propostas.

A atividade de mapeamento e banco de dados apareceu como uma das atividades principais, o que corrobora com a necessidade de conhecimento apontada por todo o relatório.

ANEXO 2.1 - TABELA DE ATIVIDADES POR ESTADO

Estado	Existentes	Potenciais
BA	Artesanato (com destaque) Reciclagem Agricultura Familiar (diversificada) Apicultores (24 grupos, 7 associações e 1 cooperativa) Alimentação Serviços Confecção Sisal APAEB	
CE	Artesanato: estopa, aproveitamento de retalhos, tapeçaria, crochê, bordados, estamparia, areia colorida, palha, materiais recicláveis, sementes e madeiras Confecções: peças íntimas, roupas, uniformes, moda praia, esportivos, linhagens, tecelagens, bolsas, calçados, serigrafia, grafite, bordado Agricultura Familiar: agroecologia, agroindústria, apicultura, caprinovinocultura, acicultura (galinha caipira) horticultura, plantas medicinais (farmácias vivas), mandioca, remédios caseiros Serviços: coleta e reciclagem de resíduos sólidos Alimentação: doces, lanches, comidas típicas regionais, padarias comunitárias Produção de produtos de higiene e limpeza	
MG	Pecuária Leiteira, laticínio Agricultura: Fruticultura, café, cana Agricultura familiar (poupas, pequi, óleo de coco de macaúba) Produção de doces Reciclagem Serviços (lavanderia, mecânica) Pedras preciosas Jóias Artesanato mineral Confecções Marcenaria / Serralheria Serigrafia Vassouras Produção de temperos Bolsas Farinha Extrato de plantas medicinais	
PA	Necessidade de aprofundar	

PE	Serviços (predominância) Pequenos agricultores (predominância) Reciclagem(predominância) Confecção Produtos de limpeza Cultura e educação Alimentação	Produtos (confecção, artesanato, produtos agrícolas) Serviços (construção civil, serviços de eletricitista, encanação, massagens terapêuticas, limpeza, manutenção de computadores) Catende Braspérola Pequenos Agricultores da Galiléia
PB	Agricultura familiar (fruticultura, pscicultura, hortaliças, apicultura, raízes, caprinos, plantas medicinais, bancos de sementes) Artesanato Coleta e reciclagem de resíduos sólidos	
PR	Artesanato (forte) Reciclagem (forte) Alimentação (forte) Agricultura Familiar (forte) Higiene/limpeza (forte) Agroecologia (forte) Plantas medicinais Apicultura Pesca Habitação popular Turismo rural Agronegócios (forte) Informática Movelaria Pequenos comerciantes	
RJ	Educação Capacitação técnica e política Artesanato Reciclagem Serviços Construção civil Saúde Culinária Segurança Assessoria Cooperativa habitacional (mutirão com autogestão)	

RS	Agricultura / Agroindústria familiar Pesca Setor metal/mecânico Setor couro / calçadista Confecção Artesanato Reciclagem Serviços Alimentação Construção Civil Habitacional Fitoterápicos	
SE	Não foi feito levantamento	
SP	Artesanato (+) Alimentação (+) Agrícola Serviços (+) Costura / Confecções (+) Construção Civil (+) Clube de Trocas Reciclagem (+) Forjaria Metalurgia Industria (+) Psicologia	
SC	Não foi feito	

ANEXO 2.2 - TABELA DAS PRIORIDADES POR ESTADO

ESTADO	PRIORIDADES
RS	Organização – aprofundar e esclarecer conceitos próprios de economia solidária. Formação Financiamento Comercialização
PR	Mapeamento e banco de dados Divulgação Orientação e acompanhamento técnico Crédito Legislação Comercialização Capacitação
SC	Empoderamento dos empreendimentos Redes Comercialização Legislação Formação Incubagem Crédito
PB	Linhas de crédito Bancos de sementes Espaço de divulgação e comercialização Formação Banco de dados Redes Fortalecimento das feiras Assistência técnica Legislação
SP	Crédito Redes Comercialização Fóruns locais Formação Comunicação Marco Legal
RJ	Certificação Legislação Formação Comercialização Rede Finanças solidárias

BA	estrutura do fórum mapeamento divulgação comercialização legislação crédito formação
PE	Crédito Controle Social Interlocução com o poder municipal Articulação dos empreendimentos Mapeamento Capacitação
PA	Levantamento da Economia Solidária no Estado Crédito assistido Formação Feiras regionais
MG	Microfinanças Comercialização Formação Legislação Redes Banco de Dados
CE	Formação Comercialização Divulgação Mapeamento Marco Legal Crédito

ANEXO III

PROJETO BRASIL PARA TODOS

A origem das formulações aqui apresentadas tem referência no programa de governo que conduziu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Neste compromisso estavam previstas ações para assegurar a implantação de programas que incluíssem projetos para o desenvolvimento de recursos locais, bem como criação de instrumentos e mecanismos para o fortalecimento das iniciativas populares que incidam diretamente na capacidade de interlocução e pressão junto ao estado na proposição de políticas públicas para promoção da Economia Solidária e geração de trabalho e renda.

PRESSUPOSTOS DE UMA POLÍTICA

Partindo do pressuposto de que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, a política pública da SENAES deve atuar no sentido da

democratização do Estado e do empoderamento dos sujeitos da Economia Solidária, além de proporcionar sua ampla participação na discussão, decisão e implementação dessas políticas.

Pensando nos princípios da sustentabilidade, cada empreendimento, enquanto um projeto de desenvolvimento, deve constituir-se incorporando o papel de protagonista do seu futuro, ou seja, as prioridades devem surgir não mais de cima para baixo, pelo contrário, de baixo para cima. Devem surgir, também, de dentro da sociedade, numa interação permanente e com o ambiente externo.

Ao ser considerado o contexto dos empreendimentos, as necessidades humanas básicas e a cultura local, os aspectos ambientais, sociais, culturais e políticos tornam-se tão importantes quanto a questão econômica.

Aliás, o inter-relacionamento ou interação destas cinco áreas é que deverá constituir o caráter que orienta a construção da identidade coletiva da transformação e produção de bens e que se transformará no legado da memória coletiva dos trabalhadores em um patrimônio da sociedade.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A solidariedade, a cooperação e a democracia, enquanto forma de convivência humana, deve ser a norma que orienta as pessoas e as organizações nos empreendimentos que façam parte do programa da SENAES.

A supremacia do trabalho, enquanto um direito de todos, e por meio do qual reencontramos a origem da economia e a possibilidade do desenvolvimento humano com dignidade.

O trabalho associado deve se constituir na base fundamental da organização de empreendimentos, da produção e da distribuição justa e solidária da riqueza produzida.

Além disso, a propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores, que agem então como produtores, proprietários, gestores e beneficiários plenos dos resultados econômicos, livre da exploração do seu trabalho e por outro homem ou pelo Estado.

Os direitos dos trabalhadores, enquanto direitos humanos universais, devem ser estendidos a todos, independentemente das relações de trabalho nas quais estão envolvidos. Assim poderemos superar a condição de subordinação como pressuposto para a garantia de direitos.

A autogestão como processo e forma de participação dos trabalhadores na gestão do empreendimento, na economia, e democratização participativa do Estado.

A integração entre as unidades produtivas e organizações da Economia Solidária em nível horizontal e vertical para conformação do setor macro econômico da Economia Solidária.

O incentivo a governos estaduais e municipais que promovam ações de acesso coletivo aos meios de produção por meio de políticas públicas de Economia Solidária, (massas falidas, constituição de cooperativas de produção, consumo ético, e outros).

OBJETIVOS

- Dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos de autogestão e Economia Solidária no Brasil;
- Qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à Economia Solidária e a autogestão;
- Promover a Economia Solidária em desenvolvimento junto aos empreendimentos de autogestão;
- Facilitar o intercâmbio de experiência e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos;
- Contribuir para organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores.

POLÍTICAS PRIORITÁRIAS

- Políticas de reconhecimento, publicização e visibilidade da Economia Solidária.
- Políticas de formação social e profissional.
- Políticas setoriais para a Economia Solidária em desenvolvimento.
- Política de gestão das políticas públicas.
- Capacitar gestores para implementação de promoção da Economia Solidária e autogestão.
- Políticas de ação produtiva e segurança alimentar.
- Formular políticas públicas que induzam a preservação do processo de organização de atividades de subsistência e de produção levando em consideração a cultura endógena do modo de produção solidário e comunal.
- Priorizar as famílias o acesso aos programas sociais do Governo Federal.
- Fomentar a constituição de redes com os empreendimentos de autogestão.
- Fomentar a constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias partindo das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do governo federal, a exemplo da segurança alimentar, educação de jovens e adultos, habitação e outros.
- Investir na capacidade instalada para melhorar o processo de produção.

Critérios Gerais para identificação de projetos a serem desenvolvidos:

- ✓ Projetos que fortaleçam e promovam a autogestão dos trabalhadores;
- ✓ Projetos que promovam a articulação dos vários atores que atuam na Economia Solidária;
- ✓ Projetos que fortaleçam as iniciativas de desenvolvimento local;
- ✓ Projetos que fortaleçam e ampliem as políticas públicas de Economia Solidária;
- ✓ Projetos que dialoguem e integrem-se com outras políticas e ações do governo federal;
- ✓ Projetos dialoguem com a plataforma do FBES;
- ✓ Projetos que dêem visibilidade à Economia Solidária.

1. Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária

1.2 Justificativa:

A implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, parte da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o seu subsequente funcionamento, é uma das ações previstas no “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” e pressupõe um diálogo da SENAES com a sociedade civil e com as diversas esferas governamentais na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de Economia Solidária.

Sendo assim, a partir da Lei, se faz necessário, em primeiro lugar implementar o CNES, partindo da constituição do seu corpo de conselheiros, o que será feito por meio de discussões com representantes da sociedade civil atuantes no campo da Economia Solidária. De igual forma, tendo em vista a capilaridade e a diversidade da Economia Solidária no Brasil, para que o CNES possa cumprir com eficácia seu objetivo, pretendemos promover atividades que permitam a participação nas discussões dos diversos atores da Economia Solidária que estão espalhados pelo Brasil. A metodologia pretendida passa por discussões a serem realizadas em cada um dos estados, culminando com uma discussão nacional constituída pelas representações estaduais. O resultado de todas estas discussões alimentará o Conselho.

Essa representatividade deve ser assegurada para que o Conselho seja atuante e consiga fazer o papel de indicador na implementação e na execução das políticas públicas de Economia Solidária. A SENAES espera que o seu papel na tentativa de diminuir a desigualdade social, promover o inclusão social e distribuir melhor a renda, seja realidade e conta com a maior proximidade do cidadão para conseguir tal feito.

Na prática, este esforço significa o contato entre as pessoas nas diversas regiões em tempo real para promover os debates.

Em um segundo momento, com o Conselho instalado, será necessário a sua manutenção com a garantia do encontro dos seus membros e uma estrutura mínima para secretariar o processo.

A importância do funcionamento do Conselho como órgão propositor e fiscalizador da implementação e monitoramento das políticas públicas em Economia Solidária face ao seu relativo baixo custo justifica tê-lo como ação do Programa.

1.2 Critérios específicos:

- ✓ Atividades de debate com os segmentos organizados da sociedade civil sobre a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- ✓ Atividades de debate com os seguimentos organizados da sociedade civil para definição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de atuação do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- ✓ Atividades de implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- ✓ Atividades de custeio para efetivar a participação de organizações da sociedade civil no CNES, por meio de plenárias regionais, estaduais e nacional; e

- ✓ Atividades de operacionalização que garantam as condições para o funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária por meio da estruturação de sua secretaria executiva e do apoio logístico aos conselheiros e grupos técnicos de apoio (deslocamento e estadia).

Ações já identificadas para serem executadas em 2004:

- ✓ Implantação e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária.

2. Fomento à geração de trabalho e renda em atividades de Economia Solidária

2.1 Justificativa:

Esta ação, dentro do Programa, significa identificar o que já existe em termos de empreendimentos de Economia Solidária, estudar a sua viabilidade, criar formas de incentivar aqueles que podem dar certo e tentar descobrir novas oportunidades de criação de outros empreendimentos do mesmo modelo.

É a parte mais concreta do Programa porque, podemos dizer, é onde e quando a Economia Solidária acontece na prática. É onde podemos ver, através dos trabalhadores, a renda sendo criada e distribuída. Mas, para que isso ocorra cada vez em maior escala muitos cuidados precisam ser tomados. O primeiro é que, ao tentar viabilizar projetos de Economia Solidária, precisa-se ter em mente toda a sua especificidade, pois, são empreendimentos que diferem dos tradicionais, principalmente na sua estrutura hierárquica, onde todos decidem (“cada cabeça um voto”).

Partindo daí a construção de um empreendimento com estes moldes requer uma metodologia própria com um conhecimento próprio que ultrapassa as necessidades meramente técnicas. Este empreendimento a ser formado necessita desenvolver uma organização própria que requer um aprendizado ou um re-aprendizado das formas de relação entre os participantes.

A decorrência deste fato é que não se consegue transmitir um modelo, é preciso construí-lo. Portanto, o processo precisa ser acompanhado por mais tempo do que o necessário para empreendimentos tradicionais como micro e pequenas empresas. Normalmente, o que a experiência tem mostrado é que se necessita de, pelo menos, dois anos de acompanhamento na implantação de organizações deste tipo.

Por outro lado, por não ser tarefa da SENAES agir diretamente com o fomento destes empreendimentos, existe a necessidade de intermediação por alguma entidade especializada para fazê-lo. Deste fato decorre que a SENAES precisa, por um lado, apoiar financeiramente essa ação e, por outro lado, articular parcerias com entidades e governos para viabilizar os projetos.

Outra questão que se coloca é que, sendo formado algum tipo de contrato com alguma entidade, é necessário um acompanhamento por parte da Secretaria para ter a certeza de que todos os acordos estão sendo cumpridos. O que representa custos de locomoção até o local do empreendimento ou do contratado até Brasília.

Como foi dito no início deste texto, é preciso ressaltar a importância desta ação, pois é nela que o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento se concretiza.

2.2 Critérios Específicos:

- ✓ Atividades que promovam a integração dos trabalhadores da Economia Solidária, na perspectiva da autogestão;
- ✓ Atividades que fomentem a constituição de novos empreendimentos ou o fortalecimento dos já existentes;
- ✓ Atividades que promovam a organização de redes de fortalecimento político e econômico da Economia Solidária, bem como a constituição de complexos cooperativos;
- ✓ Atividades que articulem a organização e intervenção dos empreendimentos de Economia Solidária em cadeias produtivas;
- ✓ Atividades que sejam complementares as políticas de crédito do governo;
- ✓ Atividades que promovam a articulação nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária;
- ✓ Atividades que promovam articulações internacionais com vistas ao fortalecimento da Economia Solidária.

2.2 Ações já identificadas para serem desenvolvidas em 2004:

- ✓ Apoio à organização da cadeia do mel no nordeste.
- ✓ Apoio à realização do encontro nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária.
- ✓ Apoio à organização dos FEES e do FBES;
- ✓ Estruturação de uma ação nacional de fortalecimento das empresas de autogestão;
- ✓ Apoio à organização nacional, econômica e social, das comunidades quilombolas;

3. Apoio às políticas públicas de Economia Solidária dos estados e municípios

Justificativa:

Como política pública do Governo Federal, a Economia Solidária tem, como a maioria das outras políticas da área social, de forma generalizada, o cidadão como público-alvo. E o cidadão existe, concretamente, no município. Além disso, é pressuposto da Economia Solidária a construção coletiva, que se dá em empreendimentos que devem ser fomentados, ou apoiados, e que são localizados.

A SENAES, de acordo com a orientação do Governo Federal que se preocupa em não sobrepor ações, de maneira a não haver gastos desnecessários e melhor distribuição dos recursos, se preocupa em concatenar as ações com outras esferas de governo com a idéia de somar esforços onde eles, de alguma forma, já existem ou podem vir a existir.

Além disso, a união de esforços entre as esferas governamentais irá ter um efeito amplificador na proposta de implantação de políticas públicas de Economia Solidária.

3.2 Critérios Específicos:

- ✓ Atividades de fortalecimento e constituição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Economia Solidária, que tenham por método de realização de suas ações a participação popular;
- ✓ Atividades que promovam a articulação dos gestores de políticas públicas de Economia Solidária;
- ✓ Atividades que promovam a sistematização e avaliação de políticas públicas de Economia Solidária;

3.3 Ações já identificadas para serem desenvolvidas em 2004:

- ✓ Realização de um Seminário Nacional sobre experiências de políticas públicas de Economia Solidária, de âmbitos municipais e estaduais, que terá por objetivo identificar projetos estruturantes e articular as várias esferas de governo para potencializar seus esforços.
- ✓ Identificar, em parceria com a Rede de Gestores e outros, as políticas públicas de Economia Solidária existentes, bem como as metodologias de avaliação aplicadas por estas (indicadores, monitoramento e outros), visando a socialização destas experiências.

4. Promoção do consumo ético e comércio justo

4.1 Justificativa:

Uma das principais dificuldades que a SENAES encontra ao explicitar o seu Programa é o de ser obrigada a usar conceitos que nem sempre são claros para as pessoas. É o caso desta ação, onde se pretende traduzir uma preocupação com o desenvolvimento de um modelo de economia onde as pessoas sejam mais solidárias. Temos assim a preocupação com o consumo ético, que significa, na prática, a disseminação da idéia de que por trás de toda esta tentativa de desenvolver a Economia Solidária existe uma necessidade de mostrar o que ela significa. Quando se mostra que estes empreendimentos carregam consigo um esforço de aproximação das pessoas para que, juntas, consigam uma alternativa ao desemprego e à falta de renda e que elas valorizam esta união, como um esforço para melhoria da sociedade como um todo, então, está se mostrando que é um movimento que vale a pena ser considerado. E uma das formas de considerá-lo é consumir os seus produtos.

Outro conceito inserido, especificamente, nesta ação é de comércio justo. Isto significa, na prática, valorizar o comércio entre os empreendimentos de Economia Solidária, ou seja, como forma de expandir e consolidar todo este esforço é preciso procurar intensificar as trocas entre eles. Esta valorização tem como consequência imediata duas coisas. A primeira é o aumento das relações de troca entre os empreendimentos de Economia Solidária, inclusive no comércio entre eles, que propicia a sua consolidação econômica e financeira.

A segunda coisa é que, ao valorizar esta troca, os diversos empreendimentos devem procurar garantir um preço mais justo para os seus produtos, de forma que se explorem mutuamente e se tornem competitivos o bastante para ocupar o mercado e concorrer de forma sólida de forma a assegurar a sua sobrevivência também fora das suas redes de relacionamento solidário.

Trabalhar com estes conceitos requer não só torná-los de domínio público, mas, também, trabalhar para a sua valorização e disseminação. A forma mais prática de fazer isto é por meio de eventos de divulgação, como as feiras, seminários, fóruns etc.

4.2 Critérios Específicos:

- ✓ Atividades educativas que promovam e incentivem o consumo de produtos da Economia Solidária;
- ✓ Feiras e mostras da Economia Solidária que tenham caráter regional, estadual ou nacional e que, comprovadamente, movimentem os empreendimentos do setor promovendo os seus produtos e integrando-os em redes;
- ✓ Atividades que concorram para a efetiva criação de espaços de comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária;
- ✓ Atividades que promovam a articulação entre produtores e destes com consumidores.

4.3 Ações já identificadas para serem desenvolvidas em 2004:

- ✓ Apoio a 12 feiras de Economia Solidária;
- ✓ Apoio à Casa da Economia Solidária do Rio Grande do Sul;
- ✓ Evento de Economia Solidária durante a Feira e Congresso Internacional das Cidades (URBIS); e
- ✓ Apoio à estruturação de uma agência de promoção do comércio solidário.

5. Assistência técnica para geração de finanças solidárias

5.1 Justificativa:

Uma grande dificuldade para os empreendimentos da Economia Solidária, certamente, é o recurso financeiro, seja para capital de giro, seja para infraestrutura, ou outro tipo de investimento. Diversas iniciativas de finanças voltadas para a construção de uma Economia Solidária têm se desenvolvido no país, principalmente a partir da oferta de microcrédito e crédito popular para a economia popular e solidária.

Embora o ritmo do desenvolvimento destas experiências ainda não seja o necessário, seu volume já é algo expressivo. Segundo pesquisa do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), apenas as Instituições Operadoras de Microcrédito cadastradas são 133, responsáveis em 2001 por 320 milhões de reais em empréstimos. Este cadastro, no entanto, não inclui outras experiências igualmente importantes como, por exemplo, o Banco Palmas, experiência voltada para o crédito popular, desenvolvida no Estado do Ceará. Também, parte das instituições estudadas pelo IBAM não compõe o universo das 7.787 Instituições Financeiras controladas pelo Banco Central do Brasil (2002). Desta forma, há um volume significativo de operações sendo desenvolvidas que ainda não são plenamente conhecidas e nem se encontram totalizadas no contexto global da movimentação financeira no país. Disto decorrem dificuldades para avaliar a natureza e os impactos na proposição, pelo Governo Federal, de políticas públicas

competentes e adequadas à pluralidade regional e de formatos de operação. Além do crédito, outros produtos financeiros como clubes de troca em que circulam moeda social, seguros, poupança, penhor, troca de cheques e cartão de crédito também se desenvolvem sem que o poder público conheça para potencializá-los. Portanto, identificar e cadastrar experiências de finanças que concorrem para a construção de uma Economia Solidária é fundamental para compor o conjunto da missão da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Este conjunto de atividades financeiras, no entanto, não conseguem interagir de maneira a potencializar seus serviços e benefícios dirigidos aos segmentos majoritariamente populares da sociedade. Entendemos ser dever do poder público, se pretende, como é determinação do Presidente da República e do Ministro do Trabalho e Emprego, expandir as atividades solidárias na economia nacional, promover a articulação entre estas instituições propiciando interações que as potencializem, inclusive aumentando suas capilaridades, incentive o surgimento de novas experiências e estabeleça um diálogo sistemático com as políticas públicas e instituições federais que podem e devem investir no avanço das finanças solidárias no Brasil.

É necessário que o Governo Federal ofereça um tratamento adequado a este importante e crescente setor da economia, fundamental ao fomento das novas formas solidárias de geração de inclusão pelo trabalho que a sociedade produziu quase à margem das políticas governamentais.

Para completar, a ação proposta contempla a elaboração participativa de um Plano de Capacitação de Dirigentes destas novas instituições financeiras, para qualificá-las e aperfeiçoá-las no contexto e no marco conceitual da Economia Solidária, fazendo com que se forme novas gerações de agentes econômicos capazes de construir o modelo de desenvolvimento justo anunciado pelo Presidente da República e que é a missão central de todos os que fazem seu governo.

Partindo das considerações anteriores, sustentamos que esta ação é necessária diante da necessidade do Estado atuar no sentido de reconhecer, articular ações e trabalhar na capacitação e fomento destas experiências.

5.2 Critérios Específicos:

- ✓ Atividades que tenham por objetivo desenvolver proposta e metodologias que possam contribuir para a construção de um sistema nacional de finanças solidárias.
- ✓ Atividades de finanças solidárias que possam ter o seu alcance ampliado por meio do apoio da SENAES;
- ✓ Atividades que promovam a identificação e a integração das várias modalidades de finanças solidária.

5.3 Ações já identificadas para serem desenvolvidas em 2004:

- ✓ Manutenção das atividades do GT de Finanças Solidárias;
- ✓ Realização de um Seminário Nacional sobre Finanças Solidária; e
- ✓ Apoio à realização do I Encontro Nacional de Clubes de Troca com moedas sociais.

6. Promoção de um arcabouço legal para a Economia Solidária

6.1 Justificativa:

É importante esclarecer que esta ação não se constitui em uma consultoria jurídica para a SENAES ou para empreendimentos solidários que busque a sua adequação dentro da legislação vigente, mas sim de um conjunto de atividades voltadas à reflexão, elaboração e reformulação da legislação considerando a realidade dos empreendimentos e agentes envolvidos na Economia Solidária.

Com base nos gargalos identificados e nas propostas dos atores envolvidos (sociedade civil organizada, entidades envolvidas com a Economia Solidária e Governo) e considerando que a legislação vigente não contempla a complexidade e a realidade da Economia Solidária, faz-se necessário propor e formular um Estatuto do Empreendimento Autogestionário/Solidário para, a partir daí, criar-se um arcabouço legal que dê conta desta complexidade.

Por outro lado, a legislação existente que atinge a Economia Solidária, o faz de forma incompleta ou equivocada como, por exemplo, a Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que trata das cooperativas. Para esta legislação é necessária uma reformulação que a adequa ao arcabouço acima citado.

Uma vez que a Economia Solidária tem interface com diversas legislações em fase de reformulação e pela acima citada falta de um arcabouço legal que a contemple, fazem-se necessárias ações de interlocução com as propostas de reforma destas legislações para a integração das necessidades da Economia Solidária e, também, para uma contribuição da SENAES neste processo. Daí a necessidade de ter esta ação como uma ação independente dentro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

6.2 Critérios Específicos:

- ✓ Atividades que tenham por objetivo estudar e formular proposições de adequação de legislações e outros instrumentos legais, que respondam as necessidades dos trabalhadores da Economia Solidária.

6.3 Ações já identificadas para serem desenvolvidas em 2004:

- ✓ Constituição de um grupo de trabalho que subsidie e formule proposições de adequação legal;
- ✓ Realizar um estudo sobre a realidade, limites, possibilidades e necessidades das cooperativas de trabalho na sua relação com os direitos dos trabalhadores;
- ✓ Realizar um grande seminário sobre marco legal em parceria com a Subcomissão de Economia Solidária, da Câmara dos Deputados.

7. Desenvolvimento e difusão do conhecimento sobre Economia Solidária

7.1 Justificativa:

Esta é uma ação que tem como finalidade expandir e difundir o conhecimento (científico, tecnológico e gerencial) sobre a Economia Solidária, consolidando-a como uma estratégia social e econômica de inclusão social e desenvolvimento.

A Economia Solidária, enquanto nova realidade, fruto da crise do emprego que levou e leva milhares de trabalhadores a se organizarem e buscarem a re-inserção no mercado de trabalho, com a inclusão social, através da ajuda mútua e de práticas coletivistas, é ainda pouco conhecida, tanto quanto as suas dimensões quanto a sua complexidade e dinâmica.

Neste sentido, mais do que inventariar e arquivar as práticas de Economia Solidária existentes hoje no Brasil se faz necessário, em primeiro lugar, gerar conhecimento que possa subsidiar as ações do poder público federal, através da SENAES e outros órgãos governamentais.

Para a consolidação do conhecimento sobre Economia Solidária é necessário manter um cadastro das instituições que trabalhem ou estudem a Economia Solidária, bem como dos empreendimentos e práticas da Economia Solidária, de forma a criar condições de agregar todas as contribuições.

Para a expansão deste conhecimento é necessário que se apóie as instituições que trabalham e estudam o tema (universidades, ONG's, fundações, etc.) de forma a se utilizar este conhecimento no fomento a manutenção e criação de empreendimentos solidários e no repasse dele de forma consolidada para todos os interessados.

Além disso, uma das funções da SENAES é apresentar e levar ao conhecimento dos setores da população, principalmente àqueles em situação de desemprego ou no mercado informal de trabalho, a possibilidade de re-inserção e inclusão social através de práticas solidárias. Para isto, uma importante ação da SENAES é a de divulgar esta possibilidade tanto para o grande público como para setores específicos da sociedade.

Para difundir o conhecimento é necessário, a partir da constante consolidação, disponibilizá-lo via Internet, cursos, publicações, eventos e veículos institucionais. Além disso, é necessário divulgar as ações e resultados nos meios de comunicação de massa para a formação de uma opinião pública. Desta forma, consideramos que seja uma ação muito mais extensa do que a simples divulgação das ações da SENAES.

7.2 Critérios Específicos:

- ✓ Atividades que promovam o desenvolvimento e difusão do conhecimento sobre Economia Solidária;
- ✓ Atividades que promovam o desenvolvimento e aplicação de conhecimentos científicos, tecnológicos e gerenciais adequados à Economia Solidária;
- ✓ Atividades que desenvolvam e apliquem sistemas de avaliação que contemplem indicadores de eficiência, eficácia e efetividade social adequados a Economia Solidária;
- ✓ Atividades que promovam a divulgação e dêem visibilidade as dimensões econômicas e sociais da Economia Solidária;

- ✓ Atividades que promovam a identificação e ampliem o conhecimento sobre a realidade da Economia Solidária no Brasil, nas suas diferentes dimensões.

7.3 Ações já identificadas para serem desenvolvidas em 2004:

- ✓ Manutenção das atividades do GT de Mapeamento;
- ✓ Realizar o mapeamento e o banco de dados nacional da Economia Solidária, no Brasil, conforme termo de referencia já elaborada;
- ✓ Publicação de documento informativo sobre a síntese das informações sistematizadas sobre a Economia Solidária; e
- ✓ Promover o debate e a divulgação do Termo de Referência em Economia Solidária, visando Orientar os conselhos/comissões municipais e estaduais de emprego/trabalho, os governos municipais e estaduais, as entidades gestoras de políticas públicas e as organizações da Economia Solidária, na elaboração de Projetos Especiais de Qualificação (PROESQs) e os Planos Territoriais de Qualificação (PLANTEQs), do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

8. Apoio para a organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos

8.2 Justificativa:

A realidade brasileira, no que diz respeito à destinação final dos resíduos sólidos urbanos, apresenta um quadro em que, por muitas vezes, famílias inteiras “sobrevivem” em condições sub-humanas, alimentando-se do lixo e tirando deste materiais passíveis de algum tipo de aproveitamento. Esta situação tem sido retratada em diversos diagnósticos realizados por entidades governamentais e não-governamentais apresentando um quadro no qual, em média, cerca de 65% dos municípios brasileiros com população até 100 mil habitantes dispõem o lixo doméstico em lixões a céu aberto ou em áreas alagadas. A situação se agrava ainda mais quando a análise é feita sob o ponto de vista regional. Neste particular, as regiões Nordeste e Norte apresentam percentuais bem mais elevados de incidência de lixões em comparação com as demais regiões brasileiras.

A questão da catação está diretamente relacionada com a existência de situações inadequadas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Conforme pesquisa realizada pela UNICEF as cidades acima de 50.000 habitantes apresentam uma maior freqüência de um número elevado de catadores tanto nas ruas quanto nos lixões, provavelmente causado pela oportunidade de venda de material reciclável nos grandes centros. Trata-se de trabalhadores informais que coletam material para um circuito complexo, que passa por intermediários e terminam nas empresas de reciclagem de plástico, vidro, papel, alumínio e ferro. Dessa forma os materiais recicláveis retornam ao ciclo produtivo como matéria-prima secundária, economizando recursos naturais e energéticos.

No âmbito da PNSB/2000 cerca de 28% dos municípios brasileiros têm conhecimento da existência de catadores nas unidades de destino final. No entanto, apenas cerca de 16% dentre estes têm algum tipo de trabalho social desenvolvido com catadores. Esta situação lamentável retrata bem o descaso para com este segmento de nossa sociedade e a necessidade do desenvolvimento de medidas sociais de apoio às atividades dos catadores simultaneamente à

implementação de unidades de destino final ambientalmente seguras como garantia da sustentabilidade dos empreendimentos físicos realizados.

Até meados de 1998, a área de resíduos sólidos no âmbito do Governo federal caracterizava-se por ações pontuais e de certa forma desarticuladas, acentuando, em relação a outros segmentos do setor, a carência de diretrizes nacionais voltadas para as suas especificidades. Na esfera municipal os serviços de limpeza urbana, em sua grande maioria, não alcançam um nível que possa ser considerado satisfatório em termos de qualidade e eficiência e que comprometem a sustentabilidade econômica dos sistemas existentes. Dentre estes fatores destacam-se: carência de planejamento e programas, baixa qualificação de pessoal envolvido, recursos físicos e financeiros insuficientes, ou mal aproveitados, legislações inexistentes, incompletas ou antigas, estruturas e instituições deficitárias, além da utilização de tecnologias inadequadas, condições estas que só comprometem a sustentabilidade econômica dos sistemas existentes.

Com a criação em 1998 do Fórum Nacional “Lixo e Cidadania” e com o lançamento em 1999 da campanha “Criança no Lixo, Nunca Mais” em que 19 entidades públicas e privadas com atuação direta e indireta na questão de resíduos sólidos, juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência – UNICEF, integraram seus esforços com o intuito de erradicar a catação de lixo por crianças e adolescentes e mudar a situação dramática do destino final do lixo no Brasil. A partir daí. Começa-se a ter um clima favorável no País, para o trato das questões relativas à gestão dos resíduos sólidos urbanos, em função da presença de crianças e adolescentes nos lixões. As iniciativas surgidas, entre os diversos órgãos do Governo Federal, dos Estados e Municípios, que passaram a atuar de forma articulada e integrada, aliadas a uma maior conscientização da sociedade sobre o tema, começaram a apontar para um cenário de realizações possíveis, em um futuro muito próximo.

O trabalho do Fórum Nacional Lixo e Cidadania - FNLC focaliza, dentre outros objetivos, dar um suporte técnico e gerencial na execução de projetos de desenvolvimento sustentável, de iniciativa governamental ou não, priorizando a questão dos resíduos sólidos nos centros urbanos. Equacionar este problema, que envolve uma diversidade de variáveis de ordem social, econômica, ambiental, de saúde pública, e que afeta a qualidade de vida nas cidades brasileiras, requer um trabalho de articulação a nível nacional e, sobretudo, de mobilização e instrumentalização dos municípios, com a busca de parcerias governamentais e não governamentais para a implementação de ações multidisciplinares que permitam alterar a realidade.

O modelo de gestão preconizado pelo Programa Lixo e Cidadania prevê uma intervenção muito mais abrangente do que a mera construção de aterros, envolvendo atividades que permeiam as áreas de educação, saúde, meio ambiente, habitação, geração de emprego e renda e promoção de direitos. A principal estratégia na busca da sensibilização dos tomadores de decisões a fim de priorizar as ações do Programa Lixo e Cidadania tem sido a mobilização social.

O Encontro Nacional de Catadores que ocorreu em junho/2001, no qual cerca de 1300 catadores de 17 estados brasileiros se encontraram em Brasília munidos de uma extensa pauta de reivindicações, se constituiu em um dos marcos fundamentais alcançados pelo Programa Lixo e Cidadania. Nesse encontro estruturaram o Movimento Nacional de Catadores, tendo sido atendida a

reivindicação do reconhecimento da profissão pelo Ministério do Trabalho e Emprego na Classificação Brasileira de Ocupações.

Na esfera federal, os diversos órgãos envolvidos com a questão – Ministérios das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, FUNASAM mantêm recursos especificamente voltados para a erradicação dos lixões e implementação de soluções ambientalmente seguras para o destino final dos resíduos sólidos urbanos – aterros sanitários ou controlados, nos municípios que aderiram ao programa “Lixo e Cidadania”. As ações de infra-estrutura são acompanhadas por iniciativas de capacitação junto aos prestadores de serviço municipais e técnicos em geral a fim de aprimorar a gestão dos serviços de limpeza urbana.

A SENAES participa dessa ação desde abril do corrente ano, em parceria com outros ministérios, sociedade civil organizada e entidades de fomento voltadas para a questão dos resíduos sólidos. Faz parte, também, do Comitê Gestor criado pela Presidência da República, que formaliza a parceria entre os ministérios e dá continuidade aos trabalhos.

Sendo assim, a SENAES constituiu uma proposta de ação, contida no PPA, ligada a um programa do Ministério das Cidades, que envolve todos os atores ligados ao projeto descrito brevemente acima. É intenção da Secretaria contribuir com a criação e apoio às cooperativas de catadores, organizados de forma coletiva e solidária.

8.2 Critérios específicos:

- ✓ Atividades de estudos de viabilidade econômica de empreendimentos solidários relacionados com a ação dos catadores;
- ✓ Projetos de incubação de cooperativas de catadores que contenham os princípios da Economia Solidária que possam ser subsidiados financeiramente;
- ✓ Ações de constituição de complexos cooperativos nas cadeias produtivas relacionadas aos resíduos sólidos para serem apoiadas pela SENAES; e
- ✓ Atividades que caracterizem parcerias com outros ministérios no sentido de evitar a sobreposição de ações, contribuindo assim para a minimização dos gastos de recursos públicos.

PARTICIPANTES DA PLENÁRIA

Representantes dos Estados:

ADRIANA SANTOS DA SILVA	MA
ARY MORAES	RJ
CRISPIM L. WANDERLEY	PA
DAMIÃO ALEXANDRINO	AL
IDALINA MARIA BONI	SC
IVONETE DE OLIVEIRA SILVA	BA
JOSÉ ANTONIO NASCIMENTO	PB
LAUDICE LIMA DOS SANTOS	SE
LENIVALDO LIMA	PE
MARIA BERNADETE DE SOUZA	CE
MARIA VERONEIDE CORDEIRO	DF
NELSA INÊS FABIAN NESPOLO	RS
OTNIEL BARCELOS DE AQUINO	ES
SANDRA REGINA FREIRE PEQUENO	RN
SEBASTIANA A. DE JESUS	MS
VALTER ANTONIO MAIER	PR
VANDERLI P. PINHEIRO	MG
WALMIR J. ALMEIDA	SP
MARIA ANTONIA O. DOS SANTOS	PI

Representantes do Comitê Facilitador

ADEMAR DE ANDRADE BERTUCCI	CÁRITAS
ÂNGELA SCHWENGBER	REDE DE GESTORES
BÁRBARA H. FRANÇA	UNITRABALHO
CLÉCIO LUIS VILHENA VIEIRA	ABCRED
JANDIR PAULI	RBSES
JOÃO JOSÉ CORRÊA	FASE
JOÃO ROBERTO LOPES	IBASE
LUIGI VERARDO	ANTEAG
MARIA EUNICE WOLF	ADS -CUT
ROSÂNGELA ALVES DE LIMA	CÁRITAS
RUTH ESPÍNOLA S. NUNES	PACS
SÔNIA M. R. HECKERT	ITCPs

Representantes da SENAES:

ANTONIO HAROLDO
CRISTIANE SANTOS
DIONE MANETTI
FÁBIO SANCHEZ
FERNANDO KLEIMAN
IVONE MARIA RAMOS
MARIA DE FÁTIMA
PAUL SINGER
ROBERTO ALVES MARINHO
SONIA KRUPPA
VALMOR SHIOCHET

Observadores:

ADEMAR K. SATO (Delegado do Fórum DF e Entorno/ONG Pátria Amada)
ALAÍDES RODRIGUES DE SOUSA (Delegada do Fórum DF e Entorno)

Representante da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República:

LUIZ GUSHISKEN	Secretário de Com. e Gestão Estratégica da Presidência
JUÇARA S. PEDREIRA	Assessora do Sec. de Com. e Gestão Estratégica

Relatoria e Facilitação:

BERNARDO LOUREIRO (Secretaria Executiva Provisória do FBES)
MÁRCIO FIORAVANTE BORTOLOZZO (Secretaria Executiva Provisória do FBES)
MARIA DO SOCORRO LEAL SANTOS (Delegada do Fórum do DF e Entorno)
NELCY B. CORDENONSI (Delegada do Fórum do DF e Entorno)

AGRADECIMENTOS

Caixa Econômica Federal

CEA – Centro de Estudos e Assessoria

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

ONG – Pátria Amada

Secretaria Nacional de Economia Solidária